

VALERIA DE MARCOS
JOÃO EDMILSON FABRINI

OS CAMPONESES E A PRÁXIS DA PRODUÇÃO COLETIVA

1ª edição
Editora Expressão Popular
São Paulo – 2010

1922
Valéria de Marcos
demarcos.vale@usp.br

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA CAMPONESA E COLETIVA/COOPERATIVA EM CUBA¹

A concentração de terras constituiu uma das principais características do campo cubano até 1959, quando a revolução socialista promoveu um conjunto de transformações estruturais com a realização de ampla reforma agrária. A primeira lei de reforma agrária, de 1959, garantiu a distribuição de terras de grandes proprietários – estrangeiros, principalmente – aos camponeses. Na segunda lei de reforma agrária, de 1963, foram atingidas pela desapropriação, confisco e nacionalização as outras terras de grandes, médios e até pequenos proprietários contrários à revolução – terras que foram distribuídas aos camponeses e, principalmente, transformadas em *granjas del pueblo*, ou seja, empresas agropecuárias estatais. A agricultura camponesa de base familiar foi paulatinamente colocada à margem do processo de desenvolvimento do campo em nome da exploração coletiva da terra, feita por meio de cooperativas e, principalmente, empresas estatais.

As transformações nos países do bloco socialista e a desintegração da URSS no início da década de 1990, agravadas pelo embargo (bloqueio) estadunidense imposto a Cuba desde 1962, implicaram em profunda crise econômica, desdobrando-se no meio rural. Nesse contexto, ocorreu o deslocamento da “agricultura coletiva estatal” para uma “agricultura coletiva cooperativista”. A agricultura de base familiar continuou escanteada, apesar da criação de algumas medidas, como a reabertura dos “mercados livres agropecuários”, em 1994, e a distribuição de terras de decadentes granjas estatais aos camponeses.

¹ O estudo sobre a agricultura camponesa e coletiva/cooperativa em Cuba foi elaborado a partir de pesquisa de pós-doutorado realizada na Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana no período de 10/2008 a 01/2009. A pesquisa é parte do projeto de cooperação científica internacional Brasil-Cuba, intitulado “Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiro e cubano 1994-2005”, coordenado pelos professores Bernardo Mançano Fernandes do Departamento de Geografía da Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp – e Roberto González Souza da Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e do Ministério da Educação Superior de Cuba – MES, (Processo 26/2007).



Figura 1 - Divisão político-administrativa de Cuba.



Embora os camponeses tenham tido acesso à terra com a realização da reforma agrária, um contexto adverso os aflige, motivado por diferentes causas, desde aquelas relativas às dificuldades de acesso aos meios de produção, passando pelos baixos preços pagos por seus produtos, até a centralização estatal na comercialização da produção. Acrescenta-se a essas dificuldades a prioridade estatal à agricultura coletiva realizada no passado nas empresas estatais e, atualmente, nas cooperativas de produção agropecuária (CPAs) e unidades básicas de produção cooperativa (UBPCs), principalmente.

As dificuldades de recriação dos camponeses nesse contexto indicam a existência de um problema agrário estrutural no campo cubano, uma questão agrária, não necessariamente centralizada na posse da terra, mas no processo produtivo. Portanto, embora não haja um problema de acesso à terra, em vista da realização da reforma agrária a partir de 1959, há um problema agrário, uma questão agrária em Cuba.

Para reconhecer a existência de uma questão agrária, inclusive do conflito nela instalado, é necessário utilizar-se de recursos teóricos capazes de revelar a natureza da subordinação do território camponês expressa no processo de circulação da produção e no controle estatal dos preços; na dificuldade de acesso aos meios de produção; e na prioridade à agricultura empresarial realizada nas cooperativas e granjas coletivas. As cooperativas coletivas que apresentam uma racionalidade empresarial não são necessariamente fazendas monocultoras, pois muitas praticam atividades diversas, inclusive a produção de alimentos para autoconsumo, subsistência e fins comerciais.

Praticamente todos os agricultores estão vinculados ao sistema cooperativista cubano, seja ele coletivo, como as UBPCs e CPAs, ou particular/privado, como as Cooperativas de Crédito e Serviço (CCSs). As CCSs constituem a representação cooperativa mais típica do campesinato, pois agregam pequenos agricultores familiares. Os pequenos agricultores também estão organizados nas CPAs e na Associação Nacional de Pequenos Agricultores (Anap).

Este capítulo sobre a “agricultura camponesa e agricultura cooperativa/coletiva” em Cuba está estruturado da seguinte forma: o primeiro momento trata da reforma agrária socialista a partir de 1959; no segundo momento, aborda-se a agricultura coletiva/cooperativa, destacando-se a produção de cana-de-açúcar; na sequência, reportamos sobre a agricultura camponesa; e, finalmente, discute-se a existência de uma questão agrária em Cuba.

1. A REFORMA AGRÁRIA SOCIALISTA CUBANA

A apropriação concentrada da terra em Cuba teve origem no passado colonial, quando o expansionismo comercial europeu atingiu o continente americano. As terras concentradas eram destinadas, em sua maior parte, à criação de gado, cultivo de tabaco e, posteriormente, ao de cana-de-açúcar, e eram exploradas com mão de obra escrava para o abastecimento do mercado externo. A inauguração do período republicano, após longa guerra de independência, em 1902, criou condições para a intensificação da entrada do capital estrangeiro em Cuba, sobretudo estadunidense, que se apropriou de imensas glebas para a produção de açúcar, café e gado, principalmente. Dessa forma, instalou-se um intenso comércio de terras públicas e privadas, aprofundando ainda mais a sua concentração e formando uma forte classe de proprietários rentistas cubanos e estadunidenses.

Grande parte das terras era apropriada por comerciantes, funcionários e intermediários, que as usavam mais para o arrendamento e especulação do que para a produção propriamente dita. Segundo Paz (1997), apenas 32% dos proprietários cuidavam da exploração agropecuária de suas terras, sendo a maior parte destinada aos arrendamentos, ou seja, 68% das terras eram arrendadas dos engenhos ou centrais açucareiras, inclusive pelos camponeses, que migravam constantemente em busca de terra e trabalho em vista de sua condição de não proprietários.

O censo de 1931 revelava que as propriedades com menos de 40 hectares representavam 71% dos imóveis e abarcavam apenas 10% da área da terra total, enquanto as grandes propriedades acima de 670 hectares representavam apenas 1% dos imóveis e ocupavam 58% da área total de terras (Paz, 1997, p. 8). Os latifundiários utilizavam, inclusive, diferentes expedientes para ampliar seus domínios, como fraudes de documentação e aquisições irregulares de terras.

Nesse período, surgiram organizações partidárias e movimentos como Jovem Cuba, Partido Agrário Nacional, Partido Comunista, Diretório Revolucionário, dentre outros, de defesa da reforma agrária e contra a ordem oligárquica e rentista instalada a partir de 1902. Posteriormente, os movimentos foram se

fortalecendo e, em 1940, existiam importantes organizações de camponeses que combatiam essa ordem latifundiário-burguesa em Cuba.

Pero la principal demanda por el cambio agrario provino de los movimientos de lucha social y política contra la geofagia y la dominación latifundista. En el septenio pos-machadista ganó en extensión y organización; surgieron las primeras organizaciones de masa campesina de carácter regional, provincial y nacional, con programas encaminados a la defensa de los intereses campesinos, contra el latifundio y por el derecho a tierra. En segunda etapa (década del 1940 e 1950) la lucha de los campesinos tomó un carácter más ofensivo por la ocupación de tierras baldías, contra el desalojo, sumándose a las luchas por reivindicaciones campesinas por la tierra, la de los obreros agrícolas por mas empleo y salario (Paz, 1997, p. 38).

Além das propostas de reforma agrária de caráter popular-democrático, surgiram outras, a exemplo da democrático-burguesa do Partido Ortodoxo, que defendia a realização de reforma agrária em terras públicas e implantação de uma agricultura “típicamente” capitalista. O latifúndio monocultor e a especulação de terras eram considerados uma irracionalidade capitalista, o que implicava em obstáculo para o crescimento econômico e desenvolvimento do país.

A partir de 1940, resultado de pressões sociais diversas, algumas medidas políticas e leis foram aprovadas no sentido de distribuir terras públicas aos camponeses, como a colonização; retomada de terras públicas griladas; promulgação da constituição de 1940, que previa a realização da reforma agrária; dentre outras. Contudo, os obstáculos colocados pelos setores oligárquicos e burgueses contra mudanças no campo cubano fizeram com que a reforma agrária fosse realizada somente em 1959, com a revolução organizada pelo Movimento 26 de Julho.

No período pré-revolucionário, Cuba estava marcada por uma forte concentração fundiária, quando apenas 9,4% dos proprietários possuíam 73,3% das terras, segundo dados apresentados em “Las Leyes de Reforma Agrária en Cuba y el Sector Privado Campesino” (González, 2006). O arrendamento das terras e à monocultura açucareira de exportação explorada por empresas estrangeiras e nacionais eram responsáveis pela imensa pobreza e baixa qualidade de vida não só da população do campo, como também da cidade.

Foi nesse contexto que se iniciou a luta revolucionária em Cuba. Uma força armada rebelde, liderada por Fidel Castro, Haidée Santamaría, Juan Almeida Bosque, dentre outros, iniciou, em 1953, ação desastrosa com o assalto aos Quartéis Moncada e Carlos Manuel de Céspedes, no oriente cubano. Nova investida revolucionária foi realizada em 1956, com o desembarque de 82 guerrilheiros do navio Granma na Playa Las Coloradas (Santiago de Cuba), e que se desdobrou em ação armada na Sierra Maestra até 1959. Nesse contexto de

lutas, os camponeses se incorporaram à luta revolucionária contra a ditadura de Fulgêncio Batista, animados pela possibilidade da distribuição de terras latifundiárias e realização da reforma agrária, principalmente.

No processo revolucionário, foram construídas fortes relações entre o exército rebelde e os camponeses, que forneciam alimentos, guias (práticos) e se incorporavam às colunas guerrilheiras. A concepção de “terra para quem nela trabalha” pautava as leis agrárias estabelecidas nas áreas liberadas, quando os camponeses recebiam terras entre 27 e 67 hectares. O avanço de duas colunas revolucionárias para o centro da ilha, uma comandada por Camilo Cienfuegos e outra por Che Guevara, garantia a distribuição de terras aos camponeses, ampliando a liberação dos territórios ocupados.

Após o triunfo revolucionário e a instalação do novo governo, em 1959, foi promulgada a primeira lei de reforma agrária, que desapropriava as terras dos latifundiários cubanos e nacionalizava as pertencentes a estrangeiros, estadunidenses, principalmente. Foi criado o Ministerio de Recuperación de Bienes Malversados, que recebeu, entre outras incumbências, a de retomar as terras públicas apropriadas irregularmente pelos latifundiários. Assim, foi formado um fundo de terra, quando foram distribuídos 2,7 milhões de hectares a cerca de 100 mil camponeses.

A primeira lei de reforma agrária estabeleceu um limite máximo de 30 *caballerías*² (402 hectares) de propriedade particular e um mínimo vital de duas *caballerías* (27 hectares); a impossibilidade de comercialização particular de terra; o estímulo à formação de cooperativas; a criação de órgão responsável pela reforma agrária (Instituto Nacional de Reforma Agrária, o Inra); apoio técnico; alfabetização; serviço médico; habitação; crédito; oficinas de comércio da produção nas *tiendas del pueblo*; dentre outras medidas favoráveis aos camponeses.

As terras arrecadadas foram divididas em três modalidades de propriedade: particular, cooperativa e estatal. As terras distribuídas a particulares (camponeses) representavam 30% do total; as cooperativas coletivas receberam aproximadamente 20% da área distribuída; e a outra metade das terras (50%) foi destinada às *granjas del pueblo* para exploração pública feita por trabalhadores assalariados e administrada pelo Estado.

As cooperativas coletivas e granjas estatais somavam, portanto, 70% das terras distribuídas e foram criadas pelo governo com o objetivo de garantir a unidade na produção. Assim, a maior parte das terras arrecadadas foi destinada à exploração coletiva, seja pelas cooperativas ou pelas *granjas del pueblo*, para

² *Caballería* é uma unidade de medida de área utilizada em Cuba que corresponde a 13,42 hectares.

uso "racional" e moderno. Essa agricultura moderna, ao estilo da revolução verde, se fazia com o uso intensivo de máquinas, ferramentas, conhecimento, infraestrutura, fertilizantes químicos, dentre outros expedientes, de forma altamente dependente de investimentos externos.

También tenía a ver con los objetivos de la transformación agraria: en lo económico, preservar e incrementar el producto agropecuario, construir una agricultura moderna y asegurar el carácter social de la inversión; en lo político, preservar la conciencia de clase y la capacidad organizativa del proletariado rural; en lo social, el empleo y la elevación de las condiciones de vida de la mayor parte de la población de nuestros campos. Con este propósito, una vez asegurada la demanda histórica del campesinado, las tres cuartas partes de las tierras rescatadas al latifundio fueron organizadas en Cooperativas Cañeras, con una forma transitoria, y en Granjas Estatales como una forma representativa del sector socializado de la agricultura (Paz, 1997, p. 89).

A partir da distribuição de terra, o governo começa a emitir sinais de que a prioridade não era uma reforma agrária camponesa. Acrescentem-se, ainda, as divisões de concepção no interior do governo, pois alguns segmentos eram contrários à entrega das terras aos camponeses particulares. Nesse contexto, foi criada a Anap, para defender os interesses dos camponeses junto ao Estado.

A primeira lei de reforma agrária constituiu a mais polêmica das medidas do início do governo revolucionário, pois contrariava fortemente os interesses dos setores imperialistas e latifundiários rentistas locais. A aplicação da lei serviu também para selar uma aliança entre diversos segmentos dominantes, formando um setor contrarrevolucionário no campo que passou a promover boicote na produção, ações armadas, propaganda contrária à reforma agrária etc. A resposta do governo veio com a segunda lei de reforma agrária, em 1963.

A segunda lei de reforma agrária significou a consolidação do caráter socialista da revolução, com a nacionalização, desapropriação, expropriação e confisco das terras. Foi abolida a propriedade rural privada acima de cinco *caballerías* (67 hectares), eliminando, dessa forma, a possibilidade de acumulação capitalista rentista (absoluta), presente em Cuba desde longo tempo. O preço da terra foi duramente atingido, com indenizações simbólicas a serem resgatadas no prazo de 10 anos.

Essa lei foi mais uma resposta à contrarrevolução do que uma medida para viabilizar a produção, e significou o aumento do controle e domínio das terras pelo Estado, com o fortalecimento e criação de granjas estatais a partir das terras expropriadas ou abandonadas pelas empresas estrangeiras e grandes proprietários cubanos, muitos dos quais foram para os EUA. O aumento da participação do Estado na posse da terra e da produção agropecuária fortaleceu

uma classe operária estatal no campo, diminuindo significativamente a participação do campesinato. Muitos camponeses, inclusive, repassavam (vendiam) suas terras ao único comprador interessado, o Estado, para a formação de grandes projetos agropecuários estatais. Em 1975, somente 17% das terras eram de camponeses, número que tendia à diminuição.

O campesinato foi se integrando ao setor estatal em vista do contexto de prioridade do governo às fazendas estatais. A partir da década de 1970, o Estado estimulou a formação de CPAs, cooperativas em que a terra, a organização, o trabalho e a gestão da produção são coletivos, e às quais muitos camponeses se incorporaram.

Em 1988, o processo de coletivização das terras estava altamente avançado, sendo que 82% das terras eram exploradas por empresas estatais; 8% exploradas por CPAs; e apenas 10% eram utilizadas por camponeses vinculados às CCSs ou dispersos. A exploração coletiva da terra (90%) favorecia a implantação de uma agricultura planejada, de escala e sobre bases tecnológicas avançadas, sendo a cana-de-açúcar o principal produto destinado ao mercado externo.

A expansão da agricultura coletiva e moderna ocorreu dependente de capital, equipamentos, tecnologias e insumos provenientes dos países do Leste europeu e da URSS, principalmente. No final de 1970 e início de 1980, houve a elevação da produção, quando a agricultura estatal/coletiva obteve importantes resultados à custa de elevadas doses de fertilizantes químicos, herbicida, combustível, equipamentos e máquinas importadas. A agricultura intensiva e moderna era altamente dependente do exterior.

Embora tivesse havido algum resultado favorável, havia problemas estruturais que acompanhavam o modelo, pois, de modo geral, as empresas estatais possuíam baixa produtividade e eram muito dependentes dos subsídios estatais. Na segunda metade dos anos de 1980, surgiram os primeiros sinais de esgotamento do modelo na produção canavieira, uma vez que as fazendas estatais apresentavam baixo rendimento por hectare e ao uso de insumos modernos já não correspondia o aumento da produção.

Verifica-se, assim, que, de 1959 até início da década de 1990, houve profunda mudança na estrutura agrária cubana, com o fim do latifúndio privado; formação de um setor estatal/coletivo; modernização da agricultura; fortalecimento de uma classe operária rural; e fragilização da agricultura camponesa, sobretudo a partir de 1963, com a promulgação da segunda lei de reforma agrária.

Entretanto, as transformações que levaram à desintegração da URSS e a queda do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Comecon)³, no início da década

³ O Comecon, também denominado de Comecon, era formado por países do bloco socialista liderados pela URSS e se dissolveu em 1992.

de 1990, abalaram a aliança entre os países socialistas, criando uma nova relação baseada no mercado capitalista. Essas transformações causaram profundos impactos na agricultura cubana, resultando na pior crise de sua história, com o escasseamento de recursos energéticos, insumos, alimentos, infraestrutura, máquinas, dentre outros meios de produção, o que se desdobrou na diminuição das exportações, regressão tecnológica, queda da produtividade e descapitalização. Somado a isso, havia o bloqueio estadunidense, iniciado em 1962, que prejudicava a capacidade produtiva e econômica de Cuba. Foi inaugurado, dessa forma, o chamado “período especial em tempo de paz”.

Para responder às dificuldades enfrentadas na agricultura, foi promovida reestruturação no setor agrário com a criação, em 1993, das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs), inicialmente no setor canavieiro. As UBPCs, inspiradas nas CPAs, foram organizadas a partir de decadentes empresas estatais, quando os trabalhadores assumiram a gestão e posse dos meios de produção (terras, ferramentas, máquinas etc.) num novo modelo de produção coletivo. A criação das UBPCs fez com que os trabalhadores de antigas granjas estatais se tornassem “proprietários” de uma hora para outra, numa situação econômica muito desfavorável.

Surgidas para produzir cana-de-açúcar, as UBPCs destacaram-se também na produção de gado bovino, café, cacau, cítricos, nos chamados *cultivos vários* (gêneros alimentícios) etc. A partir de dados do Ministério de Agricultura (Minag), de 1997, González (2006, p. 58) estima que as UBPCs representem 47% da área cultivada e sejam responsáveis por 70% da produção de cana-de-açúcar, 42% da produção de leite, 38% de arroz, 36% de cítricos, 32% de tubérculos, 22% de café, 16% de frutas, 12% de hortaliças e 7% de tabaco. Contudo, segundo o autor, as UBPCs não têm apresentado resultados produtivos favoráveis, pois mais de 85% das UBPCs canavieiras e de criação não são rentáveis.

Outra mudança no setor agrário foi a reabertura do “mercado livre agropecuário” (*agromercados*), em outubro de 1994, fechado desde 1986. Sua reabertura foi uma solução conjuntural para os problemas de desabastecimento de produtos de origem agropecuária, principalmente. A abertura do mercado livre agropecuário se desdobrou também no surgimento da “agricultura urbana e periurbana” como uma nova modalidade de produção de alimentos, principalmente para o autoconsumo. Fortaleceram-se também, nesse contexto, as propostas de agricultura orgânica, como aquela elaborada e estimulada pela Fundação Antonio Núñez Jiménez em parceria com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI).

As granjas estatais, principalmente aquelas dedicadas à criação de gado, suínos, aves e cultivos alimentares, também passaram por mudanças na sua administração com a descentralização das decisões, semelhante ao que ocorreu

nas UBPCs. Porém, observa-se ainda que muitas áreas de terra de granjas estatais açucareiras encontram-se improdutivas (abandonadas) e à espera de exploração.

Além da criação das UBPCs, da reabertura dos *agromercados*, do desenvolvimento da agricultura urbana e dos (re)arranjos nas empresas estatais, houve recentemente algum estímulo à produção familiar, com a entrega de terras para produção de tabaco, café e alimentos, principalmente, para camponeses e trabalhadores em condições de explorá-las. A distribuição de terras aos camponeses e a criação das UBPCs levaram alguns autores, tais como Herrera (1999), a se referirem a uma (re)campenização no meio rural cubano. Entretanto, a tese da (re)campenização a partir das mudanças ocorridas em 1993 apresenta certa fragilidade, pois foram poucos os avanços nesse campo, como será demonstrado nos próximos itens.

Verifica-se, a partir das transformações na agricultura no início da década de 1990, o fortalecimento de um setor “cooperativista/coletivo” em substituição ao setor “estatal/coletivo”. Essa agricultura “cooperativista/coletiva” é operacionalizada pelas UBPCs e CPAs. Portanto, não houve passagem da agricultura estatal/coletiva para a agricultura camponesa de base familiar, mas para a cooperativa/coletiva.

A maior parte das terras ainda é estatal, ou seja, 55% se encontram em poder do Estado. A menor parte (45%) é considerada não estatal, ou seja, são “apropriadas” e exploradas pelas UBPCs, CPAs, CCSs e camponeses dispersos. As UBPCs representam 26% das terras apropriadas, as CPAs representam 7% e as CCSs e os camponeses dispersos, 12%.

Considerando a apropriação de terras estatais, entre UBPCs e CPAs, 88% são apropriadas coletivamente e apenas 12% da área total é apropriada por camponeses, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1
Distribuição da terra segundo as formas de propriedade no ano de 2006

Formas de Propriedade	Superfície total (milhares de ha)	%	Superfície Agrícola	%	Superfície cultivada	%
Estatal	6.061,2	55	2.348,0	35	720,6	23
Não estatal	4.927,4	45	4.281,6	65	2.403,7	77
UBPCs	2.841,9	58	2.489,2	58	1.287,4	54
CPAs	690,2	14	583,7	14	316,4	13
CCSs e Privados	1.395,3	28	1.208,7	28	799,9	33
Total	10.988,6	100	6.629,6	100	3.124,3	100

Fonte: Oficina Nacional de Estadísticas, Anuario, 2006.

Apesar do soerguimento da produção cooperativa/coletiva não camponesa representada pelas UBPCs, principalmente, o Estado ainda possui forte presença na apropriação da terra. As transformações ocorridas apontaram para o fortalecimento da agricultura cooperativista/coletiva, considerada a principal referência e modelo de desenvolvimento do campo cubano. A agricultura camponesa de base familiar ainda está colocada num plano secundário no processo de desenvolvimento do país, inclusive porque, sendo familiar e particular, estaria na contramão da produção socialista. Esse modelo coletivo/cooperativista de natureza empresarial é adotado como referência para a produção no campo cubano, considerado técnica e politicamente superior à agricultura camponesa.

2. A AGRICULTURA COOPERATIVA/COLETIVA EM CUBA

A agricultura cooperativa/coletiva em Cuba é operacionalizada pelas UBPCs, CPAs e empresas agropecuárias estatais. A maior parte das atividades rurais é desenvolvida nessas unidades produtivas, como é o caso da exploração madeireira, pecuária, avícola, cítrica, arrozeira e, principalmente, canaveira. A agricultura camponesa, considerada secundária nos planos governamentais, possui alguma participação na produção de café, dos *cultivos varios* e, principalmente, de tabaco.

O atual modelo de exploração da cana-de-açúcar, principal produto agrícola cubano, sintetiza os princípios coletivistas que nortearam a estrutura agrária a partir da revolução socialista realizada em 1959. Contudo, a produção de cana-de-açúcar em Cuba data do período colonial, quando tomou impulso no final do século XVIII e se consolidou como o produto agrícola mais importante no século XIX.

A expansão da cana-de-açúcar nesse período ocupou o espaço do tabaco e da criação de gado, inicialmente na província de La Habana, e posteriormente nas províncias de Matanzas e Villa Clara. No início do século XX, a elevação dos preços do açúcar no mercado internacional com a Primeira Guerra Mundial atraiu capitalistas, sobretudo estadunidenses, que intensificaram seus investimentos em Cuba. O governo revolucionário que assumiu a partir de 1959 também reforçou a produção açucareira, mantendo-a como o principal produto agrícola de exportação até os dias atuais.

Os segmentos políticos e técnicos visualizam na produção de açúcar e álcool uma alternativa econômica para Cuba nos dias atuais, sobretudo com a melhoria recente do preço desses produtos no mercado internacional e a possibilidade de difusão do etanol, dada a elevação do preço do petróleo. Embora a produção açucareira tenha sido atingida duramente com a crise de países socialistas e a dissolução do Come, no início da década de 1990, a exportação de açúcar tem trazido algum benefício como suporte para o desenvolvimento de

outras atividades. Nesse contexto, foi criada a Tarefa Álvaro Reynoso⁴ em suas diferentes etapas, para revitalizar e alcançar maior eficiência e capacidade de produção agrícola e industrial açucareira.

Tabela 2
Alguns indicadores produtivos da agroindústria açucareira (1981-2002)

Ano	Açúcar produzido (Mt)	Cana moída (Mt)	Rendimento industrial (%)	Superfície cana colhida (ha)	Rendimento agrícola (t/ha)
1981	6.805	61.714	11,0	1.231.900	50,1
1982	7.926	73.568	10,8	1.209.300	60,8
1983	8.039	74.136	10,8	1.327.000	55,9
1984	7.460	74.376	10,0	1.200.300	62,0
1985	7.783	73.925	10,5	1.349.500	54,8
1986	7.889	68.926	10,4	1.347.800	51,1
1987	7.467	72.921	10,2	1.328.600	54,9
1988	7.232	75.536	9,6	1.358.300	55,6
1989	8.119	83.138	9,8	1.297.300	64,1
1990	8.124	76.443	9,3	1.350.600	56,6
1991	7.623	76.230	11,1	1.350.000	56,5
1992	7.013	71.000	10,2	1.350.000	52,6
1993	4.248	58.000	12,4	1.550.000	37,4
1994	4.075	44.000	9,6	1.150.000	38,3
1995	3.259	39.000	9,3	1.100.000	35,5
1996	4.446	33.000	10,8	930.800	35,5
1997	4.318	41.300	10,9	877.330	38,9
1998	3.291	38.900	9,9	928.000	36,3
1999	3.874	34.000	11,1	995.800	34,1
2000	4.050	36.300	11,7	1.040.900	35,6
2001	3.550	33.587	11,0	1.007.000	31,4
2002	3.600	-	-	-	-

Fonte: Anuario Estadístico de Cuba 1985, 1989, 1996, 2000, 2001. In: González, 2006, p. 224.

⁴ A Tarefa Álvaro Reynoso (etapas I e II) foi a realização de mudanças no sistema produtivo agrícola e industrial açucareiro implantada pelo Minaz (Ministerio de Azúcar). As mudanças consistem basicamente na diminuição dos custos de produção, com fechamento de centrais açucareiras de baixa produtividade; a obtenção de maior eficiência produtiva e competitividade no mercado internacional; e a diversificação da produção e de serviços, inclusive com a produção de alimentos, para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores do setor açucareiro. A Tarefa Álvaro Reynoso iniciou em 2002 e se estendeu até 2007.

Destacam-se dentre os principais centros produtores de cana-de-açúcar nos dias atuais as províncias de Villa Clara, Matanzas, Camagüey e Santiago de Cuba, que concentram a maior parte das empresas açucareiras (centrais açucareiras). As empresas açucareiras comandam o processo de produção, tanto da parte agrícola quanto da industrial de açúcar, em Cuba. Todas as unidades produtoras de cana-de-açúcar, dentre as quais se destacam a produção coletiva das UBPCs, estão vinculadas a uma empresa açucareira.

2.1 AS UNIDADES BÁSICAS DE PRODUÇÃO COOPERATIVA (UBPCs)

As UBPCs são unidades produtivas que surgiram em 1993, no contexto da já referida crise da produção açucareira em vista da desintegração da URSS e transformações no Leste europeu que levaram ao fim do Come. Trata-se de unidades inspiradas nas CPAs, em que os meios de produção, gestão e posse da terra são coletivos e pertencem aos trabalhadores. O produto do trabalho pertence aos trabalhadores, mas a sua comercialização é regulada pelo Estado, por meio de planos anuais, sobretudo no caso daqueles produtos considerados estratégicos, como madeira, pecuária bovina, cana-de-açúcar etc.

Segundo Paz (1997), as UBPCs apresentam as seguintes características:

Poseerán la tierra en usufructo por tiempo indefinido, la cual se explotará en todo su extensión útil; Serán dueñas del producto de su gestión; La venta de su producción se hará al Estado y en la forma que este decida; Tendrá personalidad jurídica propia y autonomía financiera. Serán sujetos de crédito y obligaciones fiscales; la organización y gestión de las unidades económicas se harán sobre bases cooperativas; La producción y el uso del suelo estarán regulados por el Estado; La tierra será entregada a las cooperativas gratuitamente, pero estas deberán pagar todos los demás bienes que reciban (Paz, 1997, p. 164).

As UBPCs foram criadas a partir de decadentes granjas estatais entregues aos trabalhadores por tempo indefinido para exploração cooperativa/coletiva. Enquanto a produção canavieira era um bom negócio, todo controle estava nas mãos do Estado. Quando as granjas estatais entraram em decadência, porém, elas foram repassadas aos trabalhadores para que dessem respostas positivas à crise e ao problema da produção de cana-de-açúcar. Segundo González (2006), o Estado repassou empresas praticamente falidas, numa conjuntura econômica muito desfavorável aos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Es conocido que la creación de las UBPCs fue un proceso abrupto, donde los obreros agrícolas se convirtieron de la noche a la mañana en propietarios colectivos (cooperativistas), en una situación económica agrícola extremadamente difícil, dentro del contexto de crisis económica del país y con

una importante deuda económica a partir de la adquisición de los medios de producción, que deberían pagar en un periodo determinado, en cual en la práctica se ha ido prolongando (González, 2006, p. 82.)

Embora administradas por uma diretoria (a chamada "junta diretiva") formada e escolhida por trabalhadores da própria UBPC, elas ainda carecem de autonomia, pois o comércio, área e volume da produção contratada estão sob controle do Estado, sendo necessário o cumprimento de metas (planos anuais) estabelecidas pelo Minaz (Ministerio de Azúcar) ou pelo Minag (Ministerio de la Agricultura). Acrescente-se ainda que hábitos trazidos das granjas estatais se reproduzem nas UBPCs, como as decisões verticalizadas e centralizadas, embora os estatutos prevejam ampla participação nos debates e encaminhamentos das propostas.

Nas UBPCs, existe importante politização dos trabalhadores, pois no *matutino*, momento de reunião em que são distribuídas e explicadas as tarefas do dia ou semana, um trabalhador da unidade, geralmente vinculado ao Partido Comunista Cubano (PCC), se encarrega de informar e debater a conjuntura política e econômica local, nacional e internacional. Essa atividade política realizada nas unidades produtivas cooperativas/coletivas e estatais em muito contribui para fortalecer politicamente as decisões governamentais e a manutenção da ordem revolucionária cubana. Assim, por um lado, se verifica fragilidade econômica nos diversos setores produtivos em Cuba, por outro, encontra-se solidez e estabilidade política, resultantes também dessas tarefas políticas.

As UBPCs canavieiras possuem, sobretudo no aspecto técnico, semelhanças com a produção de agronegócio canavieiro dos países capitalistas. Possuem, também, uma organização e racionalidade empresarial cooperativa/coletiva com divisão e especialização de trabalho por setores coletivos, sede administrativa, escritório de contabilidade, parque de máquinas, restaurante etc.

Entretanto, embora as UBPCs constituam estabelecimentos empresariais, elas se diferenciam das empresas rurais capitalistas, dentre outros motivos, porque não são propriedades monocultoras, uma vez que destinam uma área para produção de gêneros alimentícios para atender as necessidades de seus trabalhadores ou à comercialização local. Acrescente-se também que as UBPCs se diferenciam do agronegócio capitalista canavieiro porque não existe exploração bárbara dos cortadores de cana, conforme destaca Oliveira (2003) ao tratar do agronegócio e modernidade no Brasil. No caso cubano, o corte de cana-de-açúcar é mecanizado e feito com máquinas de tipo KTP-III dos países ex-socialistas e adaptadas em Cuba (as chamadas "combinadas"). Recentemente, máquinas cortadoras de cana do tipo Case são importadas do Brasil.

Resultante da ampliação do intercâmbio entre os países latino-americanos, estão sendo importados equipamentos, conhecimentos, técnicas e *softwares* destinados à produção açucareira, como é o caso de caminhões e máquinas corta-

doras de cana-de-açúcar fabricadas em Piracicaba (SP). As máquinas mais caras, como as cortadoras de cana, pertencem à empresa açucareira, que as aluga ao preço de mil pesos cubanos por dia de trabalho.

Figura 2 - Colheita mecanizada de cana-de-açúcar na UBPC “Combate”.



Foto: J. E. Fabrini.

Segundo González (2006), a partir de dados de Sulroca (2000), existiam 955 UBPCs produtoras de cana em 2000, ocupando uma área de 57 mil *caballerías* (773 mil hectares), e com 137.300 trabalhadores a elas associados. Uma dessas unidades é a UBPC “Combate”, localizada no município de Quemado de Güines, na província de Villa Clara. Essa UBPC possui uma área de 1.792 ha, sendo 840 ha de cana-de-açúcar e 370 ha de gado e *cultivos varios*. A UBPC “Combate” está vinculada à Empresa Açucareira “Panchito Gómez Toro”.

Outra unidade produtora coletiva de cana-de-açúcar é a UBPC “La Lucia”, vinculada à empresa açucareira (central açucareira) “René Fraga Moreno”, no município de Jovellanos, província de Matanzas. “La Lucia” é um exemplo de êxito na produção de cana, considerada vitrine pelo Minaz. Remanescente de empresa estatal canavieira, essa UBPC foi fundada em 1993, e possui uma área total de 927 ha, sendo 844 ha destinados à produção de cana e o restante dedicado aos *cultivos varios* para o comércio e autoconsumo das famílias da unidade. Existem 84 trabalhadores de um total de 303 pessoas.

A UBPC “La Lucia” apresenta uma racionalidade empresarial e elevada eficiência econômico-produtiva, verificada pelo volume de produção de cana, infraestrutura, equipamentos, organização, rendimento, ganho dos trabalhadores etc. O ganho dos trabalhadores, da mesma forma que na maior parte das UBPCs, é proporcional à produção, diferentemente de passado recente, quando cada trabalhador da fazenda estatal canavieira possuía um salário fixo.

A partir da contabilidade da unidade, foi possível verificar o elevado rendimento dos trabalhadores, sobretudo daqueles diretamente dedicados à produção de cana, caso de um operador de máquina que chegou a receber 3.500 pesos mensais, considerando que o salário mínimo é de 315 pesos.

O alto rendimento do trabalho tem estimulado outros trabalhadores a buscarem entrada na UBPC “La Lucia”. Segundo os diretores, ficou decidido em assembleia que não serão admitidos novos membros, com exceção daqueles trabalhadores que desempenhem atividades especializadas ou possuam elevada capacidade de produção.

Quando uma UBPC tem demanda de mão de obra além da capacidade de trabalho de seus membros, são contratados trabalhadores temporários, que poderão ser efetivados mediante posterior avaliação de competência, responsabilidade, conduta e necessidade da unidade produtora. Os trabalhadores assalariados temporários para o cultivo de cana são encaminhados pela Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), que conta com operários sindicalizados e selecionados à disposição para tais fins.

De modo geral, as UBPCs possuem, em sua sede, um restaurante para atender as necessidades dos seus membros. Alguns desses restaurantes são muito bem equipados, servindo aos trabalhadores alimentação equilibrada e de alta qualidade. No caso de “La Lucia”, a diretoria recolhe 2% dos rendimentos dos trabalhadores para melhoria nas instalações físicas, investimentos, cardápio das refeições, embelezamento da sede etc.

Diferentemente do que ocorre com a agricultura camponesa de produção para autoconsumo (gêneros alimentícios), por exemplo, existe importante estímulo do Estado para a produção de cana-de-açúcar, como a distribuição de divisas (CUC)⁵ e de subsídios para aquisição de máquinas e equipamentos para as unidades produtoras eficientes. Tome-se, como exemplo, a aquisição de uma máquina avaliada em 15 mil CUC para determinada UBPC, em que o Estado faz uma conversão 1/1 (um CUC para um peso cubano). Ou seja, para a UBPC adquirir essa máquina avaliada em 15 mil CUC, o que corresponde a um valor

⁵ Cuba possui duas moedas oficiais em circulação: o peso conversível, denominado também de CUC, e o peso cubano. Cada CUC equivale a 24 pesos cubanos (pela cotação de janeiro de 2009).

muito elevado, o Estado converte esse valor para 15 mil pesos cubanos, apenas. Dessa forma, a referida UBPC canavieira recebe um importante subsídio, pois o preço da máquina terá sido diminuído em 24 vezes.

Entretanto, para uma UBPC ter acesso aos incentivos, é preciso cumprir rigorosamente as determinações do Minaz, que elabora um plano anual de produção, orienta tipos e áreas de cultivo – ou seja, a unidade deve possuir elevada capacidade e eficiência produtiva. As UBPCs que não possuem condições para aquisição de máquinas modernas alugam-nas da empresa açucareira a que estão vinculadas.

As UBPCs não estão autorizadas pelo Estado a investir os excedentes de produção de acordo com suas convicções para “capitalização”, sendo necessária autorização do Minaz para, por exemplo, alterar a área de produção de cana, adquirir equipamentos, tratores, máquinas, dentre outros. Além desse controle, o Estado assegura, por meio de contrato, que toda a produção de cana será adquirida por uma empresa açucareira, até porque não há outro comprador dessa matéria-prima. Contudo, depois de cumprir as exigências de produção e comercialização de cana (definidas no plano anual de produção), a diretoria possui relativa autonomia para investimentos.

Os critérios técnicos, os resultados produtivos e a eficiência econômica de cada unidade produtiva devem pautar o fornecimento de insumos, máquinas, serviços, recursos financeiros e infraestrutura por parte do Estado. Apesar da prioridade do Estado à agricultura coletiva nas UBPCs, existem limites, com exceção da terra, ao fornecimento de meios de produção necessários, limites resultantes de dificuldades de acesso no mercado internacional ou fabricação nacional de equipamentos.

Existe um conjunto de problemas de ordem interna (pequena autonomia da direção, por exemplo) e de ordem externa (bloqueio estadunidense) que se articulam e concorrem para a baixa eficiência econômica das UBPCs. Muitas delas não conseguem cumprir as metas previstas nos planos anuais de produção.

Aqui temos muita dificuldade para reparo das máquinas, ferramentas, equipamentos, petróleo e infraestrutura para a produção canavieira. Dos 11 tratores do parque de máquinas da nossa UBPC, apenas três estão em funcionamento. Os outros estão no estaleiro à espera de peça de reposição e pneus, principalmente. A frota de máquinas, não só daqui, mas a cubana em geral, é muito velha e demanda mais peças de reposição que não são encontradas no “mercado” e nem fornecidas pelo Estado, em vista do bloqueio econômico dos EUA a Cuba (Depoente A, 2008, tradução nossa).

O fato de algumas UBPCs canavieiras apresentarem resultados produtivos elevados, ao passo que outras UBPCs enfrentam fortes limitações econômicas,

é explicado pelo Estado também como resultado da incapacidade de gestão dos trabalhadores, que não possuíam conhecimentos técnicos da administração científica. A gestão da unidade produtiva coletiva exige da direção e dos trabalhadores em geral capacidade de administração, zelo, austeridade etc.

A organização empresarial cooperativa/coletiva da produção é entendida pelas autoridades governamentais como social, técnica e politicamente superior, condição necessária para a construção do socialismo cubano. Esse “modelo” também é abonado por técnicos de órgão e empresas estatais que entendem ser este o caminho a ser trilhado, não somente na produção canavieira, mas para outras culturas e setores da produção agropecuária, como arroz, gado, frutas, madeiras, suínos, aves etc.

Essa compreensão de superioridade do modelo empresarial foi verificada entre os técnicos do Instituto de Planificação Física da província de Pinar del Río, por exemplo, órgão responsável pelo levantamento de informações, análise e planejamento do governo. Em reunião realizada com técnicos do instituto, foi possível verificar a defesa de projetos de desenvolvimento rural assentados numa agricultura de escala e empresarial, excetuando-se a produção de tabaco. Foi citado o exemplo da área norte da província, que deve receber atenção governamental para exploração “racional-empresarial” de arroz, considerada a forma mais eficiente para desenvolver a região. Consideram que a agricultura camponesa seria inviável em vista da superioridade da grande empresa rural.

A silvicultura foi citada pelos técnicos do instituto como outro exemplo de prioridade a uma agricultura empresarial. Essa atividade é considerada estratégica para o desenvolvimento e soberania do país, sendo que a produção de madeira é praticamente monopolizada pelo Estado por meio das Empresas Forestales de Agricultura de Montaña (empresa florestal), que possuem importante infraestrutura para o desenvolvimento dessa atividade (produção de pinho, principalmente), explorada com uso de mão de obra assalariada. Além da exploração estatal, existem algumas UBPCs que, em moldes empresariais, também desenvolvem atividade madeireira de forma comercial. Embora a exploração comercial de madeira seja monopolizada pelo Estado, os camponeses possuem árvores para consumo no próprio lote ou realizam eventuais trocas solidárias.

As matas de pinheiros são cultivadas em áreas de relevo que apresentam limitações por declividade em vista de elevada ondulação. As árvores de pinheiros servem basicamente para a produção de madeira e extração de resina, semelhante à exploração da seringueira da Amazônia, sendo utilizada como matéria-prima na produção industrial de vernizes, principalmente.

Outra atividade realizada em grandes fazendas de forma cooperativa/coletiva é a produção de cítricos e frutas, caso da produção de banana na UBPC

“Grito de Yara”, no município de Quemado de Güines, província de Villa Clara. Essa UBPC possui a produção de banana como atividade principal, e outras atividades secundárias, como pecuária, *cultivos varios*, hortaliças, dentre outras.

A área de “Grito de Yara” soma um total de 505 hectares, sendo 250 ha explorados com produção agrícola, 185 ha explorados com atividade pecuária e 70 ha sem exploração. Existem 205 trabalhadores na UBPC e uma importante presença de mulheres, que trabalham na irrigação da cultura de banana, sendo esta a cultura principal e que proporciona maior renda à UBPC, ocupando uma área de 220 ha. Contudo, de acordo com o boletim de indicadores econômicos da UBPC, a produção de banana gera pequeno excedente aos planos de produção.

Figura 3 - Lavoura de banana na UBPC “Grito de Yara”.



Foto: J. E. Fabrini.

A produção de banana da UBPC “Grito de Yara” é destinada principalmente ao abastecimento de hotéis que recebem turistas estrangeiros, sendo que, de modo geral, 85% da produção são comercializados com o Estado (junto a empresa de *acopio* de produtos agropecuários) e 15% comercializados diretamente com os hotéis a preços mais elevados. A UBPC fica com 70% da produção excedente ao plano de produção, para distribuir entre os trabalhadores. De

acordo com preços praticados em janeiro de 2009, a empresa de *acopio* pagava 0,42 pesos cubanos pelo *quintal* (46 kg) de banana, ao passo que a venda direta do excedente pela UPBC aos hotéis rendia o equivalente a 4,90 pesos cubanos (0,19 de CUC). Assim, o preço do *quintal* pago diretamente à UBPC (produção excedente ao plano) pelos hotéis é mais de 10 vezes superior àquele pago pela empresa de *acopio* do Estado.

Esta UBPC está mobilizando esforços para conseguir resultados produtivos que se obtinham na década de 1980, quando era possível, segundo seu atual presidente, encontrar ali uma “agricultura de precisão”, verificada pela tecnologia utilizada na irrigação (importada de Israel), no uso de conhecimentos científicos, na aplicação aérea de agrotóxicos etc. No entanto, a crise geral que se abateu sobre Cuba a partir do início da década de 1990 implicou numa regressão tecnológica, atingindo a racionalidade “precisa” da cultura de banana da UBPC. Verifica-se, assim, que a produção de banana é feita em empresa agropecuária cooperativa/coletiva, semelhante a outras atividades tratadas anteriormente.

“Grito de Yara”, assim como as outras cooperativas coletivas, possui uma junta diretiva encarregada de dirigir a unidade e seus diversos setores produtivos coletivos, cada um com seu coordenador (os chamados “coordenadores de setores coletivos”). A decisão de contratação definitiva de trabalhadores é tomada em assembleia. Após três meses de experiência, a assembleia aprecia a incorporação definitiva do trabalhador à unidade.

Segundo o presidente da junta diretiva da UBPC “Grito de Yara”, dificilmente uma decisão é rejeitada na assembleia, porque a proposta da direção vai amparada por uma ampla discussão com os coordenadores dos setores coletivos (*fincas*), feita anteriormente à decisão da assembleia.

A nossa decisão na junta diretiva é democrática e pautada em critérios técnicos. No caso da confirmação ou negação do contrato fixo e permanente de um trabalhador de qualquer *finca* coletiva, tudo é discutido antes de ir para a assembleia com os coordenadores de *fincas*. Se o trabalhador é correto, chega no horário, não enrola o serviço... tudo isso é ouvido do coordenador da *finca* coletiva. Se for um bom trabalhador, a gente propõe a permanência dele e a assembleia aprova. Se for mau, a assembleia reprova. Já aconteceu um vez de um coordenador defender na assembleia um trabalhador nosso dizendo que o camarada era muito bom no trabalho e foi aprovada a sua permanência, mas, depois de 15 dias, o coordenador chegou aqui dizendo que não quer mais aquele camarada porque não fazia o serviço direito. Então como presidente da junta eu disse: “agora fica com você, porque foi você que quis que aprovasse o nome dele porque ele era bom”. Agora o que eu vou fazer? Não foi imposição da diretoria, mas uma decisão em que foram ouvi-

dos os setores envolvidos. Bom, assim são todas as decisões que tomamos na assembleia e por isso nunca aconteceu de ser negada uma proposta nossa, da direção (Depoente B, 2009, tradução nossa).

A articulação da junta diretiva anterior à realização da assembleia aparece como democrática, mas muitas vezes funciona como um “rolo compressor”, e dificilmente um agricultor que se dedica a uma atividade específica e não tem visão de conjunto terá recursos – inclusive políticos – para confrontar uma decisão da junta diretiva, principalmente numa assembleia com grande número de trabalhadores.

A UBPC “Grito de Yara” também realiza um conjunto de atividades políticas que está sob responsabilidade dos trabalhadores vinculados ao PCC e à União da Juventude Comunista (UJC). Do quadro de trabalhadores da UBPC, 27 membros estão filiados ao PCC e 16 à UJC. Dentre os militantes membros da UBPC, geralmente encontram-se os responsáveis pelo já mencionado *matutino*, quando uma ou várias pessoas se encarregam de ler os jornais e inteirar os trabalhadores da conjuntura política e econômica nacional e internacional.

Embora organizada como uma empresa agropecuária, esta UBPC se diferencia de empresas agropecuárias privadas pela realização de assembleias mensais, trabalho social, diversificação de cultivos, solidariedade e ajuda aos membros nos momentos de dificuldade (saúde, financeira etc.), preços subsidiados de alimentos no restaurante etc. Além disso, a diretoria está praticamente “obrigada” a realizar uma grande festa de debutante para a filha de trabalhador que completar 15 anos de idade. Nas empresas agropecuárias privadas, as atividades sociais e solidárias são motivo de prejuízo e contrárias à racionalidade lucrativa da acumulação capitalista.

Observou-se que algumas unidades produtivas coletivas – de cana-de-açúcar, principalmente – possuem elevada eficiência econômica produtiva. Entretanto, essa eficiência na parte agrícola não é acompanhada pela parte industrial, pois muitas empresas açucareiras (central açucareira) não conseguem cumprir o plano anual de produção. Esse descompasso é justificado por diretores das usinas centrais açucareiras como resultado de falta de investimento em tecnologias e engenharias de produção por parte do Minaz.

2.2 AS EMPRESAS AÇUCAREIRAS

As empresas açucareiras comandam o complexo agroindustrial do açúcar e orientam praticamente toda a produção das unidades canavieiras por meio do planejamento (planos anuais de produção). O núcleo de comando do complexo agroindustrial do açúcar são as usinas, denominadas também de “centrais açucareiras”.

As empresas açucareiras comandam uma espécie de “agronegócio estatal”, em que ocorre a integração do conjunto de sistema agrícola, industrial, financeiro, da logística e das pesquisas relacionadas à produção açucareira. Essa característica agroindustrial não está limitada à produção açucareira, mas se estende também à madeira, café, pecuária, cítricos, dentre outras. Como destacado anteriormente, o modelo agroindustrial semelhante a um “agronegócio estatal/coletivo” é o principal paradigma para a produção no campo cubano.

Figura 4 - Usina da Empresa Açucareira “Jesus Rabi”, em Calimete.

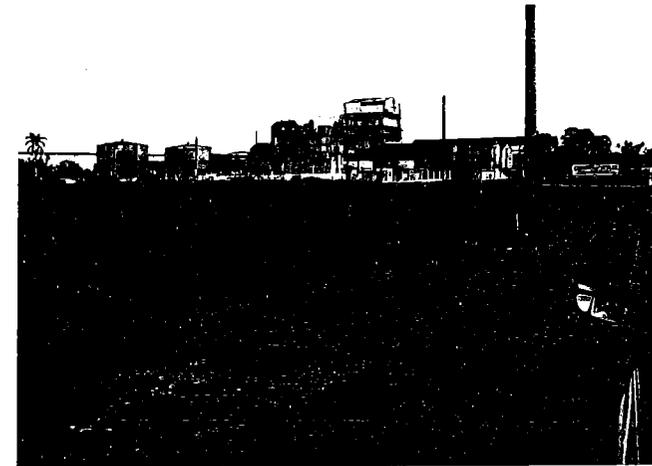


Foto: J. E. Fabrini.

Além de açúcar, as usinas produzem um conjunto de derivados de cana para alimentação animal (melado), *cachaza* (fertilizantes), energia elétrica e, atualmente, está sendo experimentada a produção de álcool a partir de conhecimentos e tecnologias desenvolvidos no Brasil. A ampliação do volume e diversidade dos derivados de cana é apontada pelos diretores das empresas açucareiras em geral como uma saída para a produção açucareira em Cuba.

Embora a atividade principal do complexo agroindustrial seja a produção açucareira, existe um conjunto de outras atividades agrícolas auxiliares, de autoconsumo e comercial, feitas pelos camponeses em pequenas *fincas* integradas às empresas açucareiras. Existe, também, uma produção de autoconsumo e comercial, semelhante a uma agricultura de resistência, feita pelos camponeses em terra particular de forma integrada à economia local/regional de sustenta-

ção à atividade açucareira. Essa agricultura, porém, apresenta dificuldades de expansão em vista dos limites colocados pelo controle estatal. A prioridade do Estado não é essa produção familiar (agricultura camponesa), mas aquela feita de forma coletiva/cooperativa e empresarial pelas CPAs e UBPCs, tratadas anteriormente.

Tabela 3 - Número de centrais açucareiras em Cuba, em 2002

Província	Açucareiras	Meleiras	Total
Pinar del Río	2	1	3
La Habana	5	1	6
Matanzas	6	2	8
Villa Clara	11	2	13
Cienfuegos	7	-	7
Sancti Spiritus	3	2	5
Ciego de Ávila	6	-	6
Camagüey	7	2	9
Las Tunas	4	1	5
Holguín	6	1	7
Santiago de Cuba	6	1	7
Granma	6	-	6
Guantánamo	2	1	3
Total	71	14	85

Fonte: González, 2006.

Se, nos dias atuais, as empresas açucareiras são alimentadas pela cana produzida nas CPAs, UBPCs e CCSs, no passado (até o início da década de 1990), as empresas eram abastecidas principalmente pelas fazendas estatais canavieiras. As fazendas, ou granjas, estatais foram criadas à mesma proporção que o Estado foi apropriando-se das terras dos latifundiários e empresas estrangeiras a partir da primeira lei de reforma agrária, em 1959. Terras camponesas também foram incorporadas à produção coletiva de empresas estatais a partir do estímulo realizado para a expansão da agricultura empresarial de diversos cultivos.

A partir do final da década de 1970, com a consolidação da produção de cana-de-açúcar nas fazendas estatais canavieiras, o Estado procurou reunir a população espalhada no campo, desde o passado colonial, em agrupamentos urbanos das sedes de município, *asentamientos* (pequeno aglomerado de até 2.000 habitantes) ou núcleos habitacionais de empresas açucareiras, onde a população teria mais facilidade para acessar infraestrutura urbana, energia elétrica, saneamento, moradia, escolas etc. Esse deslocamento estimulado pelo Estado faz

parte do processo de modernização das relações sociais de produção, condição necessária para se avançar na construção do socialismo.

Assim, as populações camponesas que exploravam um pedaço de terra foram estimuladas a vender a terra ao Estado para serem reassentadas nos pequenos núcleos populacionais. As terras repassadas ao Estado foram incorporadas a uma fazenda estatal açucareira, geralmente. Muitos camponeses dedicados à produção de cana-de-açúcar continuaram na atividade açucareira, agora na condição de assalariados de uma empresa ou fazenda estatal. Isso foi o que ocorreu, por exemplo, com os deslocamentos no município de Quemado de Güines, na província de Villa Clara, em que camponeses dispersos no espaço e assentados na terra desde a colônia foram deslocados para a sede do município ou para o núcleo populacional formado em torno da Empresa Açucareira "Panchito Gómez Toro".

A população camponesa que foi deslocada para os núcleos populacionais tinha a lavoura canavieira como atividade principal, complementada por um conjunto de outras produções organizadas a partir do núcleo familiar. Esses trabalhadores trazem até os dias atuais fortes traços rurais e camponeses, fazendo reproduzir seu modo de vida nos núcleos e pequenas cidades, como é o caso da criação de aves e suínos na área urbana. Outro costume típico das populações rurais reproduzido nos pequenos núcleos urbanos, e até em cidades maiores, é a criação de galos para rinhas (*gallo fino*). As pelejas de galos são uma atividade de origem rural que, embora ilegal, é tolerada pelas autoridades e muito apreciada para diversão e apostas, semelhante aos chamados "jogos de azar".

Além desses, outro costume que se reproduz nos pequenos núcleos populacionais é o uso, por grande parte dos homens, sem a menor cerimônia, de facas do tipo peixeira ou facão (*machete*), colocadas na cintura e protegidas por bainha de couro. Geralmente, não se trata de uso desses instrumentos como demonstração de valentia ou sujeito "*guapo*", mas de um instrumento de trabalho portado por trabalhadores rurais que dele dependem no campo e que se deslocam para o povoado no final do dia.

Marx (1987), ao estudar os camponeses da França no século XIX, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, atribuíu sentido conservador à sua prática política em vista do isolamento, da dispersão no espaço e da geografia pouco favorável à politização e modernização de relações sociais no campo. O fato de os camponeses se encontrarem dispersos espacialmente em lotes de terra demarcados individualmente e explorados pela família contribuía para o isolamento e fortalecimento de características políticas conservadoras entre eles.

Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-

los a um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. [...] A grande massa da nação francesa formase, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Mas na medida em que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção (Marx, 1987, p. 137).

Segundo esse entendimento, ainda é possível apreender que a autossuficiência alimentar, a divisão simples do trabalho e a produção de ferramentas e instrumentos de trabalho pelos próprios camponeses não contribuíam para o estabelecimento de trocas e o alargamento da visão dos camponeses. Isso levaria ao isolamento do camponês na sua pequena propriedade rural.

A discussão de Santos (2000) relaciona-se com a compreensão de Marx (1987), quando elege o espaço urbano como privilegiado para a construção de relações solidárias e de resistência à dominação do capital, pois o compartilhamento aproxima as pessoas. A aproximação das residências, por exemplo, permite a ampliação dos laços de solidariedade entre as pessoas. Segundo Santos (2000), ainda, a população aglomerada em áreas menores amplia o dinamismo para a “mistura” de filosofias, rebatendo o pensamento único da globalização do capital. O aglomerado populacional assegura novas possibilidades de interpretação do mundo.

A ideia é que o aglomerado de pessoas permite a formação de economia, cultura e política, enfim, de relações sociais materializadas no espaço e que valorizam a construção de experiências coletivas. “A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual” (Santos, 2000, p. 21). Nessa compreensão, o campo, espaço construído pelos camponeses, apresentaria dificuldades para o desenvolvimento de ações de resistência à imposição de relações capitalistas de produção.

Desse ponto de vista, é possível apreender ainda que o campo construído pelos camponeses apresenta dificuldades para desenvolver ações de resistência ao capital, porque a dispersão no espaço distancia as pessoas. Santos (2000b) também considera uma perversidade horrível o sujeito viver no campo, em vista das relações que se estabelecem nesse espaço. “Primeiro, não sou fã do campo. Acho

um negócio horrível condenar o sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira recente” (Santos, 2000b, p. 57).

As medidas estatais postas em prática a partir da década de 1970 para a formação de fazendas canavieiras em Cuba, e sua continuidade como UBPCs, promoveram um “esvaziamento” populacional rural das regiões dedicadas à cultura da cana-de-açúcar. Além das granjas estatais e das UBPCs, a criação das CPAs canavieiras também serviu para a formação de núcleos habitacionais de populações camponesas. San Marful (2006) observou esse processo de esvaziamento nas regiões canavieiras da província de Matanzas.

Acrescentem-se ao processo de deslocamento das populações do campo os motivos de natureza econômica, ou seja, as dificuldades para a permanência no campo resultantes da subordinação a que os camponeses estão submetidos na esfera da circulação da produção. Esse deslocamento de populações camponesas por motivação econômica faz com que Cuba apresente problemas semelhantes aos dos países capitalistas da América Latina, quando testemunharam o deslocamento de grande parte de sua população do campo para as grandes cidades, após a expropriação decorrente da modernização da agricultura.

Consideradas um complexo agroindustrial, as empresas açucareiras comandam uma integração entre os diversos setores – agrícola, industrial, financeiro e científico. Assim, a pesquisa científica é mais um elo importante nesse complexo agroindustrial açucareiro cubano. Por isso, existem vários centros provinciais dedicados à pesquisa agrônômica sobre a cana-de-açúcar, dentre os quais se destaca a Estação Provincial de Pesquisas da Cana-de-açúcar de Matanzas (Epica).

2.3 A PESQUISA CIENTÍFICA PARA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Os projetos de pesquisa da cana-de-açúcar da Epica são relacionados essencialmente à dimensão agrônômica, com estudos sobre biologia, pedologia, química, mecânica, contabilidade, clima etc. Não se desenvolvem projetos de pesquisa sobre a dimensão social implícita no processo de produção da cana.

Segundo pesquisadores e diretores da Epica, há preocupação com a diversificação dos produtos pesquisados para contribuir com a garantia da soberania alimentar de Cuba. Em vista das transformações ocorridas no contexto internacional na década de 1990, com o fim da URSS, e o consequente “período especial” cubano, a estação também está desenvolvendo projetos de pesquisa de feijão, soja, banana, dentre outros.

A pesquisa da cana-de-açúcar se constitui no carro-chefe dos 47 experimentos conduzidos na Epica. A prioridade à cana-de-açúcar ocorre em vista da tradição e experiência nesse ramo de pesquisa, bem como no fato das autorida-

des governamentais e pesquisadores entenderem que a produção açucareira é parte do projeto de desenvolvimento da nação.

Verificou-se, também, a busca de integração entre os diversos segmentos dedicados à cana, desde a pesquisa, passando pela gestão e produção agrícola, até a fabricação de açúcar. Essas características, somadas à utilização de equipamentos modernos e ao uso de sistema de informação geográfico (SIG) para manejo e controle das lavouras, conferem certa “precisão” à produção canavieira. A construção de uma “agricultura de precisão” está sendo possível a partir de um conjunto de investimentos recentes em equipamentos e ações desenvolvidas pelos pesquisadores cubanos, bem como do intercâmbio com diversas empresas públicas e privadas de todo o mundo.

Entretanto, não se verificou entre as preocupações da Epica e do Minaz preocupação maior com uma produção alternativa de açúcar, mesmo que em caráter experimental, como o açúcar orgânico, por exemplo. O caminho adotado para elevar o patamar de produção açucareiro é a intensificação da produção convencional e em escala, inclusive no manejo das lavouras com intenso uso de agrotóxicos, biotecnologia e mecanização das diversas etapas da produção açucareira. Embora a estação não desenvolva pesquisa relacionada à cana transgênica, de um modo geral, entre os segmentos governamentais, as pesquisas com organismos geneticamente modificados (OGM) são visualizadas como um importante avanço e conquista na produção agrícola em Cuba.

O zoneamento agrícola, considerando os diversos elementos (técnicos, econômicos, naturais), é utilizado como critério para a determinação de áreas e investimentos canavieiros. Os investimentos também são norteados pela capacidade produtiva, e não pela dimensão de área de terra de cada unidade produtora. As unidades produtoras, principalmente as UBPCs, CPAs e granjas estatais, são classificadas numa escala de zero a cinco, indicando os produtores mais ou menos eficientes. Os recursos financeiros, combustível, infraestrutura, fertilizantes, equipamentos e ferramentas modernas, como GPS e *software* – um pacote tecnológico para produção de cana, enfim – são distribuídos de acordo com a classificação de cada unidade produtora nessa escala de eficiência.

Verificou-se que algumas unidades produtoras de cana-de-açúcar (CPAs, UBPCs e fazendas estatais) recebem investimentos em tecnologias modernas, com o uso de máquinas importadas, *software*, sistema de informação geográfico, logística, controle de produção, uso de defensivos químicos, dentre outros, o que faz a agricultura canavieira assemelhar-se, no aspecto técnico, ao agronegócio brasileiro da cana-de-açúcar. Esse pacote tecnológico, semelhante ao da revolução verde, é considerado elemento fundamental pelos técnicos, pesquisadores e governantes do Minaz, para elevação da produção e da produtividade agrícola canavieira.

Figura 5 - Agricultores em aula na Escuela Gerencial “Antonio Mesa Hernández”, em Jovellanos.



Foto: J. E. Fabrini.

Segundo pesquisadores e diretores da Epica, um dos fatores limitantes da expansão da produção de cana-de-açúcar em Cuba é a dificuldade de gestão das unidades produtivas (UBPCs e CPAs, principalmente), ou seja, a deficiente capacidade administrativa dos trabalhadores⁶. Foram citados vários exemplos de unidades produtoras que possuem semelhantes condições pedológicas, climáticas, mercadológicas, tecnológicas, mas que apresentam resultados produtivos muito diferentes, justificados pela deficiente gestão na produção canavieira. Segundo pesquisadores e diretores da Estação, os agricultores não possuem conhecimentos mínimos de contabilidade, administração, relações públicas, enfim, de gestão empresarial “científica” e moderna, o que se desdobra em deficiência produtiva canavieira.

Para solucionar essa “deficiência” de gestão, foi criada, em 2002, a Escuela Gerencial “Antonio Mesa Hernández”, em Jovellanos, mesmo município onde se encontra a Epica. A escola, formada por três professoras e uma dirigente, procura capacitar diretamente os trabalhadores das unidades produtivas, levan-

⁶ Os trabalhadores das UBPCs e CPAs geralmente são denominados “camponeses” por autoridades governamentais, alguns pesquisadores e até por eles mesmos. Consideram camponeses todos aqueles que trabalham em atividades agrárias. A agricultura camponesa, contudo, possui como pilar básico de sua existência a organização da produção a partir do núcleo familiar, e esse não é o caso da organização da produção nas UBPCs e CPAs.

do a eles conhecimentos básicos de administração empresarial em cursos de três etapas (ciclos). A passagem pela escola gerencial é entendida como condição básica para o crescimento econômico, político e social dos trabalhadores das unidades de produção.

Embora os dirigentes e técnicos afirmassem igualdade de condições de produção, foi possível verificar, em debate com agricultores de diferentes unidades produtoras de cana que estavam tendo aulas na escola, que determinadas unidades são mais beneficiadas com combustível, por exemplo, do que outras. Entretanto, os dirigentes enfatizaram que não fazem discriminação entre produtores e que trabalham a partir de critérios técnicos, para que todas as unidades produtivas possam se tornar prósperas a partir da eficiente produção de cana-de-açúcar.

Verifica-se, em determinados aspectos (técnicos, principalmente), que a tese defendida pelos pesquisadores, dirigentes e autoridades governamentais do Minaz não é muito diferente daquela defendida pelo agronegócio canavieiro brasileiro: um complexo de sistemas agrícola, tecnológico, industrial, financeiro e científico, em que o Estado, no caso cubano, ou o mercado, no caso brasileiro, constitua o principal protagonista. Portanto, trata-se da busca de uma agricultura canavieira assentada na tecnologia, gestão e competência empresarial, eficiência econômica, produção em escala, desenvolvimento de sistemas e cadeias produtivas (semelhante a um "taylorismo socialista").

Os técnicos de empresas açucareiras, diretores de CPAs e UBPCs, apontam como modelo de eficiência competitiva na produção açucareira aquele adotado no Brasil, inclusive com importação de equipamentos, conhecimentos, máquinas, tecnologias etc. Foram vários os técnicos, pesquisadores, operadores de máquinas que estiveram no Brasil para conhecer o agronegócio canavieiro, principalmente no Estado de São Paulo.

Se, por um lado, é possível apontar semelhanças na compreensão de produção canavieira entre Cuba e Brasil, de outro lado, porém, existe substancial diferença, pois neste há intensa exploração dos trabalhadores, acumulação privada, concentração de capital, violências e barbáries diversas, como destacou Oliveira (2003).

A prioridade estatal à produção agrícola empresarial não é verificada somente na produção canavieira, mas em praticamente todas as atividades agropecuárias. A pequena agricultura (camponesa) não é entendida pelos técnicos como alternativa de desenvolvimento, considerada algo "irracional", que não constitui alternativa de caminho para o desenvolvimento do país. Acrescenta-se, também, a atenção do Estado às culturas de exportação, como a cana-de-açúcar, o que se verifica por meio das pesquisas científicas; da assistência técnica; da distribuição de divisas (CUC) para excedente aos planos de produção; do fornecimento de máquinas, equipamentos e ferramentas a preços subsidiados;

da distribuição do combustível; de fertilizantes; de infraestrutura; e do pagamento de diárias para trabalhadores assalariados.

Embora exista alguma preocupação com a produção alimentar para autoconsumo nas unidades empresariais agrícolas (CPAs, UBPCs, granjas estatais), como apontado anteriormente, o acesso aos produtos agrícolas alimentares se constitui numa das maiores dificuldades enfrentadas pelos cubanos. Somam-se às dificuldades estruturais do modelo empresarial cooperativo/coletivo cubano os furacões, que praticamente todos os anos atingem a ilha, destruindo grande parte das lavouras. Somente no ano de 2008, três furacões (Gustav, Ike e Paloma) atingiram o país.

A agricultura camponesa, que poderia garantir a soberania alimentar com a produção de alimentos, não é entendida como alternativa para o campo cubano, inclusive porque vai na contramão do modelo de socialismo implantado no país. O modelo de desenvolvimento adotado em Cuba é aquele semelhante a um "agronegócio" cooperativo/coletivo, e não o modelo de produção camponesa. Aliás, neste particular, guardadas as diferenças, a valorização da agricultura empresarial em detrimento da agricultura camponesa é verificada tanto no Brasil como em Cuba.

A racionalidade empresarial e organização cooperativa/coletiva do trabalho não é verificada somente nas UBPCs. Outras formas de cooperação apresentam características empresariais coletivas, caso das CPAs. As CPAs cubanas, inclusive, se constituem no principal modelo para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na realização de cooperação superior nos assentamentos de sem-terra no Brasil.

2.4 AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (CPAs)

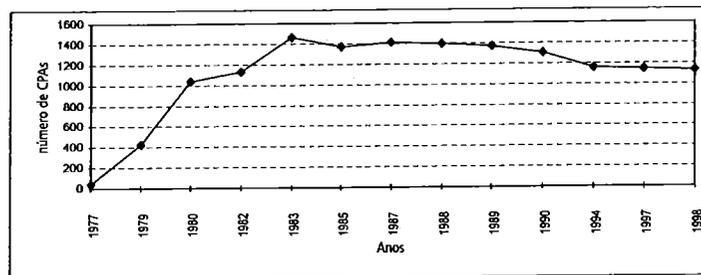
As CPAs surgiram na década de 1970 e são cooperativas de pequenos agricultores que se reúnem para utilizar terra, ferramentas, máquinas, animais, instalações, meios de transporte e instrumentos de forma coletiva. A partir de uma decisão voluntária de cada camponês, o seu patrimônio familiar é incorporado à cooperativa, tornando-se propriedade comum de todos os membros.

Essas cooperativas apresentam características de empresa, como racionalidade científica, organização contábil, assistência técnica, divisão de trabalho, sede administrativa, funcionários, parque de máquinas etc. Considerada a pouca importância do núcleo familiar no estabelecimento das relações sociais de produção, as CPAs não são típicas cooperativas camponesas, embora aqueles que as compõem tenham origem camponesa. Entretanto, há o reconhecimento, por parte de autoridades governamentais, pesquisadores, técnicos e por seus próprios membros, de que as CPAs são cooperativas camponesas.

As CPAs são consideradas pelo Estado como uma forma superior de organização social, política e econômica dos camponeses. São entendidas, também, como base para construção do socialismo no campo – espaço geralmente hostil à coletivização dos meios de produção em vista da tradição e do forte vínculo dos camponeses com a propriedade familiar dos meios de produção. Assim, as CPAs servem para solapar o trabalho e a apropriação privada familiar dos meios de produção.

Segundo Sorzano (1998), existiam 1.180 CPAs, em 1998, agrupando mais de 35 mil agricultores nessa forma coletiva de exploração, gestão e apropriação da terra. Recentemente, houve significativa diminuição dessas formas de exploração e, segundo informações do Minag, em 2008, existiam cerca de 500 CPAs em funcionamento, sendo as principais aquelas dedicadas à produção de cana, café, pecuária, hortaliças, tubérculos e tabaco.

Figura 6 - Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs (1977-1998).



Fonte: Sorzano, 1998.

A CPA desenvolve quase sempre uma atividade principal, geradora de maiores rendas – como a cana-de-açúcar –, e atividades auxiliares, como cultivos de autoconsumo, pecuária, suinocultura, rizicultura etc. Cada lavoura coletiva é coordenada por um chefe de produção, que dirige as atividades, contabiliza e anota as horas trabalhadas por cada pessoa em uma tabela que é encaminhada à administração da CPA para o devido pagamento pelo trabalho realizado. Geralmente, quando existe produção para exportação que rende divisas (CUC), como cana-de-açúcar, os benefícios são distribuídos entre os trabalhadores de todos os setores produtivos filiados à CPA, e não somente entre aqueles que trabalham na produção canavieira. Essa forma de distribuição de divisas foi observada na CPA “Jorge Dimitrov”, em Quemado de Güines, dentre outras.

As CPAs, assim como as UBPCs, possuem uma junta diretiva que é responsável pelos encaminhamentos administrativos, políticos e econômicos da

cooperativa, tendo poderes, inclusive, para indicar o presidente, que não possui mandato fixo. O presidente da junta pode permanecer na direção por tempo indeterminado, ou ser destituído do cargo a qualquer momento, comprovadas irregularidades financeiro-administrativas ou quando os membros, em assembleia geral – instância máxima decisória da CPA –, decidem retirá-lo do cargo. Os descontentamentos com a junta diretiva surgem geralmente quando os resultados produtivos não são satisfatórios.

O presidente da junta diretiva quase sempre se constitui de pessoa politizada e capaz de analisar a conjuntura política e econômica nacional e internacional, de acordo com as diretrizes do PCC e das autoridades governamentais. Um discurso altamente politizado e favorável às decisões governamentais relativas ao campo foi verificado em dirigentes de praticamente todas as CPAs visitadas.

Uma das primeiras CPAs surgidas em Cuba, e que serviu de referência para a expansão cooperativista, foi a “República de Chile”, instalada a cerca de 10 km do povoado de Viñales, na província de Pinar del Río, inaugurada em 1973 com a presença do *comandante en jefe* de Cuba, Fidel Castro. A CPA “República de Chile” possui 360 associados e se dedica, de forma coletiva, a cultivos variados de alimentos, lavouras comerciais, pecuária e tabaco.

As moradias dos trabalhadores vinculados à cooperativa formam um núcleo de povoamento que se destaca no campo, inclusive com construção vertical. No núcleo populacional, estão localizadas a sede administrativa da cooperativa, as residências, a oficina, o parque de máquinas, o escritório etc. Na “República de Chile”, existem inclusive trabalhadores assalariados de empresas estatais de saneamento, energia e fornecimento de equipamento para o atendimento dos membros da CPA residentes no núcleo habitacional.

Outra CPA que se destaca é a “28 de enero”, localizada no município de Calimete, na província de Matanzas, numa região que é importante produtora de cana-de-açúcar desde um passado distante. Essa CPA dedica-se à produção de cana e está vinculada à Empresa Açucareira “Jesus-Rabi”, sendo considerada pelo Minaz um exemplo bem sucedido de produção canavieira, reconhecida formalmente com emulação pela eficiência produtiva.

A CPA “28 de enero”, segundo seu presidente, surgiu da necessidade de agrupamento dos camponeses que se encontravam isolados em seus lotes de terra. Foi fundada em 1979, por 37 camponeses a partir de estímulo do Estado dentro do plano de expansão de cooperativas coletivas, num momento de crescimento econômico de Cuba e de fortes vínculos com países socialistas. A CPA conta hoje com mais de cem associados e uma área de 1.072 ha destinada, em sua maior parte, à produção de cana.

Embora a produção de cana seja a atividade principal, existe também uma importante e diversificada produção de gêneros alimentícios para autoconsumo

e comércio. A “28 de enero” fornece, inclusive, um animal suíno anualmente para cada família associada, como estímulo à produção de alimentos.

A remuneração dos trabalhadores que se dedicam às atividades canavieiras nesta CPA ocorre de três formas: salário fixo, participação nos resultados da produção e distribuição de divisas (CUC). Embora sejam feitos adiantamentos, a divisão da remuneração total é feita a cada quatro meses, em média, e, segundo associados à CPA, durante esse período, cada trabalhador recebe uma soma que vai de 1.200 a 1.500 pesos mensais, o que é considerado uma boa renda para os padrões cubanos. A renda obtida com a produção de cana nas cooperativas é distribuída de acordo com o número de horas trabalhadas, e as sobras são destinadas de acordo com decisões de assembleia.

Existem variadas formas de rendimento na CPA. Existe a divisão de quatro em quatro meses das sobras das cooperativas de acordo com o trabalho de cada um; existe a distribuição de divisa e produção de autoconsumo. Neste ano, nós vamos distribuir 45 kg de feijão e 75 kg de arroz. Considero que existe uma boa renda aos associados da CPA. Eu, que sou presidente, sou um dos que menos ganha porque estou na casa número 62, quero dizer, tem mais 61 filiados, de um total de cem, que ganham mais do que eu na cooperativa (Depoente C, 2008, tradução nossa).

Toda a produção canavieira é comercializada com o Estado, não sendo autorizada a comercialização com outros compradores, até porque não há quem adquira a produção de cana a não ser a empresa açucareira do Minaz. De acordo com a contabilidade da CPA, verificou-se que, para produzir um peso cubano, houve o custo de produção de 0,10, resultando num ganho líquido de 90% na atividade canavieira, fazendo dessa atividade, segundo seu presidente, o “melhor negócio” da CPA.

Existe CPA que não tem as nossas condições de produção, pois nossa renda em geral está em torno de 90% do capital investido. Isto é resultado de um conjunto de medidas que tomamos junto com o Minaz e a produção de cana se tornou o melhor negócio para nós. Pelo que tudo indica, não vamos deixar de plantar cana nestas condições porque plantar cana é o melhor negócio para nós, para a cooperativa (Depoente C, 2008, tradução nossa).

Na sede da CPA “28 de enero”, assim como em outras cooperativas bem estruturadas, funcionam atividades auxiliares à população em geral, como consultório médico, Comitê de Defesa da Revolução (CDR), núcleo do PCC, comitê da UJC etc. Na sede, também se encontram um parque de máquinas (*taller*), restaurante, escritório, equipamentos eletrônicos, dentre outros.

Como previsto na lei cooperativista nacional, um filiado poderá ser desligado do quadro de associados a qualquer momento, fato que raramente acontece, pois a maioria deixa a CPA pela idade avançada e aposentadoria, ou quando ela é dissolvida. Acrescenta-se que, ao desligar-se de uma cooperativa, o associado perde todos os direitos ao patrimônio, inclusive aqueles que foram creditados no momento da associação. Dos 37 associados que fundaram a cooperativa “28 de enero”, em 1979, somente um deles continua filiado, tendo os demais deixado a cooperativa em vista da idade avançada – e muitos de seus filhos assumiram seus lugares, contrariando a ideia de senso comum de que os jovens não se interessam pelo trabalho na agricultura.

As CPAs estão vinculadas à Anap, que reivindica, junto à esfera governamental, melhorias nas condições de produção e vida dos camponeses, como financiamentos, infraestrutura, fornecimento de insumos e subsídios diversos, dentre outras ações. A Anap, porém, não constitui uma força política de oposição às decisões do governo, atuando mais como uma parceira no planejamento do que como uma organização de enfrentamento à ordem política e econômica estabelecida. Trata-se, assim, de uma entidade de reivindicação e proposição de solução dos problemas, e não de um movimento social de questionamento das desigualdades existentes no campo cubano.

Todas as lavouras da CPA possuem um plano de produção elaborado pela cooperativa, sob supervisão do Estado e com participação da Anap. Nesses planos, é estabelecido o volume de produção a ser comercializado com o Estado, aquele que se destina ao consumo da família, bem como o possível excedente a ser comercializado nos *agromercados*, pontos de venda, empresa de *acopio* etc. Quando se trata de uma pequena roça de autoconsumo, pode ocorrer que não haja plano de produção para essa lavoura.

As CPAs constituem uma proposta para elevar a agricultura camponesa a patamares técnicos, econômicos e políticos “superiores” e mais identificados com o socialismo. Elas se constituíram, também, no principal modelo de agricultura coletiva adotado pelo MST para ser implantado nos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

2.5 AS CPAs E A AGRICULTURA COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA NO BRASIL

O modelo cubano, adotado pelo MST na década de 1980, foi entendido pelo movimento como uma forma superior de cooperação nos assentamentos de sem-terra no Brasil. Embora em Cuba e no Brasil as cooperativas sejam denominadas CPAs, não houve uma transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas, sociais e de lutas existentes entre os dois países.

Os assentamentos de reforma agrária, realizados pelo Estado a partir da luta dos sem-terra, estão carregados de conteúdo político, de identidades, acordos e afinidades construídas nesse processo. Como resultado da trajetória de luta, surgem, nos assentamentos, agrupamentos diversos de coesão por afinidade política, econômica, geográfica, religiosa, de parentesco etc.

Entretanto, entre os assentados, existem divergências de concepções que não foram eliminadas na unidade da luta pela terra. Nos assentamentos, não há somente ações unificadas, mas também fortes disputas internas, desfazendo o romantismo em torno da união e igualdade entre os assentados. É nesse espaço de harmonia e conflito, afinidade e desacordo, coesão e cisão, enfim, é nesse contexto desigual e contraditório que são (re)elaboradas e implantadas propostas de agricultura coletiva.

A cooperação agrícola é estimulada pelo MST como forma de manutenção dos assentados na terra e uma necessidade para o fortalecimento das lutas. Por isso, o MST tem apoiado variadas iniciativas de cooperação, desde as mais simples até as mais complexas. Partindo das simples para as complexas, o MST classifica as seguintes formas de cooperação:

Os mutirões e trocas de serviço; núcleos de produção; associações; grupos semicoletivos; grupos coletivos; cooperativas de prestação de serviços; cooperativas de prestação de serviços regionais; cooperativas de crédito; cooperativas de produção agropecuária (CPAs) (Concrab, 1998, p. 61).

Em vista das dificuldades de manutenção e expansão das cooperativas coletivas nos assentamentos, recentemente o MST tem mobilizado esforços também para efetivar uma agregação "comunitária" de resistência, como passo para alcançar formas superiores de cooperação. Os assentamentos que possuem vínculos mais fortes com o MST estão organizados em grupos, muitos deles adaptados do período de acampamento, e em brigadas, consideradas uma forma de coesão e organicidade mais palatável entre os camponeses.

Nesse contexto de avanços e recuos no processo de cooperação, as CPAs são entendidas pelo MST como a principal forma de realização de agricultura coletiva nos assentamentos, apesar da revisão do seu método e da estratégia de ações. A organização da produção nas CPAs constituiria, no entendimento do MST, uma iniciativa fora do arco de exploração e subordinação engendrado pelo modo capitalista de produção. As cooperativas coletivas seriam uma alternativa capaz de gerar renda para os assentados, esquivando-se da exploração e subordinação no contexto da produção de mercadorias.

O entendimento do MST é de que não existem condições de o assentado progredir econômica, social e politicamente por meio da produção familiar. Por isso, ele precisa reunir sob seu controle os meios de produção, ferramentas,

terra, capital, máquinas etc. A produção cooperativa/coletiva seria econômica, política e socialmente mais eficiente do que a produção camponesa.

Então a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de bois, comprar máquinas. E até chegar ao ponto de tudo em conjunto (MST, 1993, p. 8).

As cooperativas possuem um claro objetivo econômico. São, inclusive, defendidas como propostas de produção em cadeia e, até mesmo, de integração agroindustrial, como nas cooperativas de biodiesel, por exemplo, para alcançar existência livre e não subordinada dos assentados.

Além do objetivo econômico, o MST defende a implantação de cooperativas nos assentamentos como uma forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e por transformações estruturais na sociedade. As cooperativas devem contribuir para a conscientização política dos assentados e a participação nas lutas dos trabalhadores, não somente no campo. Assim, a cooperação deve ir além da busca por melhorias da qualidade de vida ou por elevação do padrão de consumo dos assentados. São ilustrativas as palavras de Gørgen e Stedile (1991) sobre os objetivos políticos das cooperativas:

[...] as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária (Gørgen; Stedile, 1991, p. 146).

As propostas de cooperação do MST passaram por modificações desde o seu início até os dias atuais. Nessa trajetória, houve avanços e recuos, resultantes de limitações internas, bem como de dificuldades externas, como os ataques da imprensa e do governo, sobretudo aquele de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

No início da luta dos sem-terra (1979 a 1985), não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos. As atividades coletivas se realizavam em associações, trocas de dias de serviço, mutirões e pequenos grupos inspirados nas comunidades eclesiais de base (CEBs), de forma semelhante a um coletivismo bíblico das primeiras comunidades cristãs. A orientação dessa cooperação simples tinha raiz na Igreja Católica, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos.

No período de 1985 a 1990, aumentaram as atenções para a cooperação, quando se considerou que os assentados também eram "sem-terra" e

faziam parte do MST. Nesse período, foram idealizadas as primeiras cooperativas, sob influência do modelo cubano das CPAs.

O endurecimento político do governo federal contra o MST a partir de 1990, por meio de repressão e ações violentas, levou o movimento a se preocupar com a organização interna. Os assentamentos seriam espaços fundamentais na construção da resistência dos trabalhadores, e as cooperativas coletivas, uma retaguarda de organização dos sem-terra.

Portanto, a discussão sobre a organização dos núcleos de base e sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) foi em função do período de repressão intensa que o MST foi submetido. Os núcleos e as CPAs tinham a função neste período de ser a retaguarda de organização política, resistindo política e economicamente (Concrab, 1999, p. 7).

Ainda nesse período de 1985 a 1990, foram definidas as primeiras linhas políticas do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), marcadas essencialmente pela busca de eficiência econômica para viabilizar as lutas nos assentamentos. Em 1990, foi definido que o SCA seria organizado em três níveis: local, estadual e nacional. Deveria ser uma cooperação ampla e para fora dos assentamentos e, com esse sentido, foram criadas as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPSs), as Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCAs) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

Nesse contexto, as CPAs foram consideradas uma forma superior de cooperação em que a apropriação da terra, dos meios de produção, a gestão e o trabalho são coletivos. "As CPAs foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontam como uma forma superior de organização da produção" (CONCRAB, 1998, p. 70).

Além das limitações técnicas e produtivas, a agricultura familiar, segundo o entendimento do MST, favorece o surgimento de "desvios" na luta dos sem-terra; obstáculo a ser combatido para se evoluir e alcançar organização superior, expressa nas cooperativas de produção agropecuária. Ainda nos dias atuais, a demarcação de lotes familiares nos assentamentos é denominada por muitos militantes do MST como "quadrado burro", isso em vista da suposta irracionalidade econômica, política, técnica e social que a exploração familiar da terra representaria.

O trabalho e a apropriação dos meios de produção, coletivos ou individuais, possuem um conteúdo político-ideológico que implica na produção e reprodução da consciência dos trabalhadores. Produzir significa produzir também a consciência. Nesse sentido, o MST entendeu que a produção camponesa deveria ser superada para não se reproduzir uma consciência individualista e privatista entre os assentados.

Para o MST, a produção camponesa implicava numa baixa divisão do trabalho, que se projetava na consciência dos sujeitos. Para criar uma consciência coletiva entre os camponeses, era necessário o trabalho coletivo, semelhante ao de uma fábrica, ou seja, um trabalho especializado e dividido.

Através da divisão social do trabalho, cada um se especializa numa tarefa, para fazer as coisas cada vez melhor e mais rápido. Isso se chama cooperação. A agricultura não conseguirá crescer e progredir se cada agricultor continuar fazendo tudo sozinho. Fazendo desde o preparo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo. Quando o agricultor trabalha sozinho, trabalha mais e normalmente a produção é mais baixa (MST, 1993, p. 8).

Caldart (2000), ao tratar da pedagogia do MST, entende que o princípio da divisão do trabalho que deve existir numa CPA educa para a responsabilidade necessária no coletivo. A possibilidade de participação, com a divisão de tarefas, pode levar a uma mudança na forma de pensar das pessoas envolvidas.

Para estimular a divisão do trabalho e a assimilação de uma lógica empresarial nos assentamentos, o MST realizou vários cursos de formação, dentre os quais se destacaram os laboratórios organizacionais. Esses laboratórios eram pré-requisitos para a fundação de cooperativas coletivas e serviam para construir uma racionalidade econômica empresarial entre os camponeses assentados.

A produção familiar de subsistência não deveria ser desprezada, mas a elaboração de mercadorias teria importância destacada. A economia política foi o paradigma para a elaboração da concepção de cooperativismo coletivo.

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulado em produtos agroindustriais. [...] No mesmo documento – Reflexões Sobre o Processo de Implantação do SCA – aparece como consequência do trabalho de cooperação esta ideia, de transformar a "consciência camponesa" em uma "consciência operária" (Concrab, 1999, p. 11).

A organização empresarial das cooperativas coletivas é semelhante à concepção de Lenin apresentada em *As tarefas imediatas do poder soviético*, quando defendeu a implantação do sistema taylorista e a utilização de processos científicos de trabalho. Segundo Linhart (1983, p. 113), o sistema de Taylor, duramente criticado por Lenin antes da revolução, por ser considerado um sistema que esmaga e sujeita os operários às máquinas, passou a ser defendido depois do período revolucionário. Paradoxalmente, Lenin visualizou um impulso democrático e participativo das massas nas tarefas de administração e contabilidade,

procurando diferenciar o taylorismo soviético daquele estadunidense. Procurou forjar um taylorismo proletário e libertador.

A prioridade à criação de cooperativas agropecuárias coletivas nos assentamentos brasileiros a partir da década de 1990 colocou a dimensão econômica/ produtiva no centro das relações do assentamento. As conquistas políticas e sociais seriam derivações das conquistas econômicas trazidas pela eficiente produção coletiva nas cooperativas. Contudo, as CPAs não apresentaram resultados produtivos satisfatórios, levando o MST a revisar parcialmente algumas posições sobre cooperativas coletivas e produção camponesa nos assentamentos.

Os resultados políticos das CPAs também não foram alcançados como previa o MST, principalmente porque o modelo não se reproduzia nos assentamentos. Entretanto, há que se observar que, nas CPAs em atividade, são travadas importantes lutas e alcançadas conquistas diversas. Elas são um importante núcleo de operacionalização das diversas lutas e resistências do MST.

As dificuldades de reprodução e expansão das CPAs nos assentamentos estão relacionadas a problemas de ordem interna e externa às cooperativas.

Externamente, as condições macroestruturais de valorização de uma agricultura de negócio (agronegócio) têm colocado obstáculos para as iniciativas dos camponeses. A força, sobretudo política, da agricultura de negócio desdobra-se em dificuldades de acesso às terras de reforma agrária, à infraestrutura, financiamento, assistência técnica etc. O monopólio de grandes corporações financeiras e industriais, como Syngenta, Monsanto, Bunge, Cargill, Pioneer, Mitsui, Sadia e Serrana, dentre outras, subordina o trabalho e a renda camponesa. O monopólio do território e a dependência gerada pelos grupos econômicos privados e cooperativos constituem um obstáculo para o avanço de iniciativas alternativas dos camponeses, sobretudo aquelas coletivas.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas, vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização que estaria implícita nessa proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. O autor considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, em que se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser o de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta. [...] Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da espe-

cialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários à manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiriam a necessária entrada de recursos financeiros (Oliveira, 1994, p. 49-50).

Além das dificuldades estruturais relacionadas diretamente ao modo de produção capitalista, no qual as cooperativas coletivas estão inseridas, elas apresentam limitações internas. Essas limitações vão desde dificuldades de relacionamento dos camponeses numa estrutura hierarquizada até os prejuízos causados pelo uso e gestão relaxada e pouco zelosa do patrimônio coletivo, passando pelos conflitos gerados com a formação de grupos hegemônicos ou personalistas no interior das cooperativas, bem como por decisões aceitas, mas não assimiladas por seus membros.

Relacionada a essas limitações encontra-se também a discrepância entre racionalidade familiar camponesa dos assentados e lógica empresarial, de divisão do trabalho, horários rígidos, enfim, de um tempo de trabalho norteado mais pela produção de mercadorias e menos pela produção necessária à garantia de existência do grupo familiar. A lógica empresarial da CPA, semelhante à produção fabril e operária, se constitui numa relação da qual os sem-terra lutaram para sair.

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados, a racionalidade da família é a de produção mercantil simples (M-D-M), e a subsistência e o autoconsumo assumem importância significativa na garantia dos meios de vida. Essa produção mercantil simples e de autoconsumo confere à agricultura camponesa relativa autonomia e autossuficiência.

Acrescenta-se às dificuldades de aceitação às propostas coletivas das CPAs a perda do controle familiar da organização e dos resultados produtivos. Na CPA, o processo produtivo não é controlado pela família, mas pelo grupo coletivo que compõe a cooperativa. Assim, os assentados camponeses veem na agricultura coletiva uma ameaça ao seu projeto de ser camponês, baseado na organização familiar das relações sociais de produção.

[...] o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de "ser colono", ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção. (Zimmerman, 1994, p. 208).

É por isso que as cooperativas coletivas nos assentamentos de sem-terra não têm se reproduzido e expandido como planejou o MST, pois possuem uma racionalidade diferente da camponesa. Enquanto as CPAs significam um pro-

jeto de igualitarismo, racionalidade moderna, empresarial e de reprodução ampliada, os camponeses, por sua vez, possuem uma racionalidade mercantil simples e de autoconsumo, pautando suas ações pelo atendimento das necessidades da família. São caminhos diferentes na construção da autonomia.

Embora os camponeses estejam vinculados ao mercado capitalista, essa comunicação não é homogênea, mas desigual e contraditória. Para os camponeses, a produção de mercadorias não constitui o centro de suas relações. Para eles, o mercado é um meio, e não um fim.

Assim, o desafio colocado está em conciliar as propostas de cooperação coletiva, feitas pelas lideranças e militantes preparados e formados politicamente no interior do movimento ou de entidades de apoio, com as aspirações de reconstrução do projeto dos camponeses, relação que envolve controle, autonomia e autossuficiência do núcleo familiar.

Se, no Brasil, as CPAs são uma proposta da sociedade civil organizada nos movimentos sociais – do MST, no caso, que recebe oposição de diversos segmentos, inclusive dos próprios camponeses –, em Cuba, elas possuem uma força maior, pois fazem parte, desde a década de 1970, de uma política estatal de expansão da agricultura coletiva. Contudo, tanto no Brasil quanto em Cuba, guardadas as significativas diferenças, a agricultura camponesa de base familiar não é considerada protagonista no processo de desenvolvimento do país.

No caso cubano, há prioridade ao campesinato em alguns setores, como a produção artesanal familiar de tabaco, atividade altamente geradora de divisas (CUC). Essa atividade, praticamente entregue aos camponeses, depois das consignias “remessas do exterior” e “turismo”, se constitui na terceira fonte de divisas mais importante de Cuba.

3. AGRICULTURA CAMPONESA EM CUBA

A agricultura camponesa é aquela em que as diferentes relações sociais de produção são ordenadas a partir do núcleo familiar. Os agricultores vinculados às cooperativas coletivas, como as CPAs, por exemplo, são considerados pelo Estado como camponeses. Esses agricultores, porém, não têm a família na base da organização produtiva e das relações sociais, o que se apresenta como limite na caracterização da CPA como uma cooperativa de camponeses.

Como dito, a pequena agricultura de base familiar não é considerada pelo Estado o modelo ideal para o desenvolvimento cubano, em vista dos limites políticos e técnicos que apresenta. O parâmetro da agricultura, inclusive para a produção de autoconsumo (gêneros alimentícios), é a produção coletiva/cooperativa, como as UBPCs, CPAs e as fazendas estatais. O agricultor que traba-

lha com a família no lote é considerado um sujeito que possui uma mentalidade próxima do ideal burguês (individualista).

Esse sujeito é reconhecido muitas vezes pelo PCC e pelo Estado como individualista, porque se recusa a entrar no universo coletivista da divisão e especialização do trabalho, expresso numa CPA, por exemplo. Ao procurar construir sua independência e autonomia a partir de uma organização centrada no núcleo familiar, o camponês é entendido como alguém que nega o processo de socialização e coletivização dos meios de produção. Sendo assim, está na contramão do “espírito coletivo”, pilar da construção do socialismo. No entanto, há que se observar que os camponeses desempenharam papel importante na revolução socialista de 1959, conforme destaca Gálvez (1979), quando contribuíram de diversas formas com o exército rebelde, incorporando-se às colunas guerrilheiras, fornecendo alimentos e conhecimentos. Por isso, sofreram violência brutal do exército nacional comandado por Fulgêncio Batista.

É ilustrativa a fala de um pequeno agricultor sobre a relação entre o modo de vida camponês e a associação com as relações capitalistas de produção, no contexto de construção de uma prática revolucionária:

Isso [as relações camponesas] está sendo perdido e o Estado participa, porque estimula os filhos a ir para a cidade, deixar de ser camponês. Eu mesmo, porque sou uma pessoa que desde criança foi sendo construído como camponês, porque veja bem, um camponês não se faz de um dia para o outro e é preciso começar desde criança vivendo com os pais para se formar como um camponês. O agrônomo da empresa tabacaleira vem aqui e diz para mim: “você é um dos melhores que temos na região porque você aproveita tudo no seu lote e depende muito pouco do comércio, tem quase tudo e consegue por força própria”. Ele diz também: “você é um exemplo de revolucionário, você é um verdadeiro revolucionário, mas tem uma ideia capitalista, burguesa porque você faz quase tudo sozinho, só com sua família”. Então, para eles, sou um revolucionário com uma mente individualista (Depoente D, 2008, tradução nossa).

Verifica-se que a autonomia e independência camponesas em determinada circunstância criam um incômodo na definição de “sujeito revolucionário”, o que os caracteriza como sujeitos possuidores de uma mentalidade “individualista”, pelo menos a partir de determinados esquemas políticos e teóricos. Contudo, se muitos camponeses se negam à produção coletiva, eles se organizam nas CCSs, que são cooperativas de crédito e serviço, e na Anap.

Praticamente todos os agricultores cubanos estão vinculados às cooperativas, sejam elas coletivas e administradas pelos trabalhadores, como as UBPCs e CPAs, ou não coletivas, como as CCSs, que agregam os camponeses que exploram a terra com trabalho familiar. A maior parte dos camponeses está vin-

culada às CCSs, embora exista uma pequena parcela de camponeses dispersos não vinculados às cooperativas ou à Anap. Aqueles que estão fora do sistema cooperativista têm dificuldades de acessar os subsídios, financiamentos e a infraestrutura fornecidos pelo Estado.

As CCSs são cooperativas derivadas de associações de camponeses que se uniam de forma voluntária para obter crédito e tecnologias, bem como comercializar sua produção de tabaco. Elas surgiram na província de Pinar del Río, na década de 1980, em vista da necessidade de criação de um mecanismo de crédito para substituir bancos, como o Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba (Banfaic), que operacionalizavam crédito do governo, e empresas estrangeiras, como a Cuban Land (EUA), que financiavam a produção de tabaco. Essas instituições deixaram de atuar a partir de 1960, com a intensificação do processo revolucionário socialista.

Numa CCS, cada camponês possui seu lote de terra, que é explorado pela família, considerada o núcleo central da organização social e produtiva. Os camponeses de uma CCS possuem relativa autonomia para decidir o que, onde e quanto vão produzir, após cumprimento de contrato e metas estabelecidas nos planos de produção.

Existem CCSs fortalecidas e não fortalecidas. Para que uma CCS seja fortalecida, existe um conjunto de critérios a serem cumpridos, como a existência de uma sede para administração (oficina), realização de encontros, reuniões da diretoria e assembleias da cooperativa; equipamentos agrícolas coletivos, como pelo menos um trator com implementos; boa qualidade e volume de produção dos camponeses; e diretoria com capacidade de gestão administrativa. Depois de avaliada pelo Minag, em conjunto com representante dos camponeses (Anap), uma CCS pode se constituir como cooperativa fortalecida.

Além das CPAs e UBPCs (coletivas) e das CCSs (familiar/particular), existe também uma organização produtiva em “pequenas *fincas*”, exploradas em terras remanescentes de fazendas estatais arruinadas ou de proprietários que não possuem recurso para explorá-las, e que as repassam/vendem ao Estado. Essas pequenas *fincas* criadas recentemente abrigam uma agricultura intermediária entre a familiar e a empresarial/coletiva, conduzida por um pequeno grupo de trabalhadores (cerca de 10), que se encarregam de produzir alimentos de autoconsumo para o abastecimento da população de pequenas cidades, empresas açucareiras, povoados, escolas, hospitais, entidades etc.

Essa exploração da terra em pequenas *fincas* possui, por um lado, algumas características de agricultura empresarial/coletiva, como a divisão de trabalho por setores e a organização não familiar da produção. Por outro lado, conta também com características não tipicamente empresariais, porque é

feita em pequena escala e voltada para o abastecimento local de gêneros de autoconsumo.

A nossa *finc*a tem oito pessoas que trabalham. A metade é da minha família mesmo. Há uma área que repassei para o governo que tem *cultivos varios*, batata-doce, leite, mandioca, malanga [espécie de inhame] suínos etc. Esta é uma área que as oito pessoas trabalham para vender e abastecer o restaurante da central [empresa açucareira]. Mas tem outra área que não repassei ao governo, que é particular. Nesta terra eu trabalho só com a minha família (Depoente E, 2009, tradução nossa).

As decisões relativas à produção dessas *fincas* são tomadas coletivamente, após discussões sobre as atividades realizadas, volume de produção, dificuldades e assuntos diversos. As decisões coletivas também ocorrem quando se trata de conflitos entre as pessoas da unidade. No caso de infortúnio e enfermidade de membros das famílias que compõem a *finc*a, o grupo lhes presta solidariedade no trabalho ou lhes destina algum recurso financeiro.

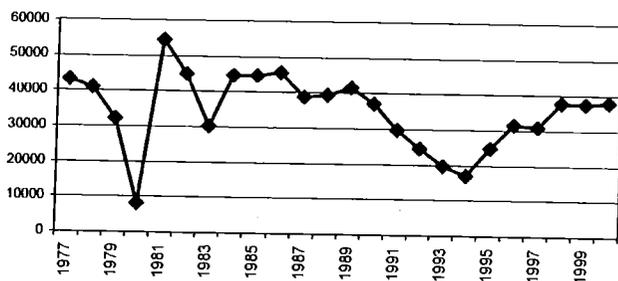
Embora o modelo de produção no campo, inclusive de produtos de subsistência e autoconsumo, seja o coletivo/cooperativo, algumas regiões e províncias cubanas se destacam pela existência de forte agricultura camponesa. A agricultura de base familiar emerge com maior fôlego na província de Pinar del Río, sobretudo aquela destinada à geração de divisas (exportação), como a produção de tabaco, por exemplo. Nos municípios de San Luis e Viñales, foi possível verificar importante relação entre a agricultura camponesa, a produção de tabaco e o turismo rural.

3.1 CAMPONESES E A PRODUÇÃO TABACALEIRA

Praticamente em todas as províncias cubanas se cultiva tabaco, mas as três principais são Pinar del Río, Villa Clara e Sancti Spiritus, que respondem, juntas, por mais de 80% do tabaco cubano. Pinar del Río destaca-se, dentre as principais províncias produtoras, por ser onde se encontram mais propícias condições naturais (solos e clima, principalmente), de infraestrutura e de tradição, dentre outros requisitos favoráveis à produção tabacaleira. Essa província é responsável por mais de 60% do tabaco cubano. Os municípios de San Luis, San Juan y Martínez e Guanés são conhecidos popularmente como “Meca do tabaco”, em vista do volume, da área ocupada, da qualidade e importância econômica que esse produto representa.

Embora a produção tenha alcançado 53.696 toneladas em 1980, e diminuído para 37.987 toneladas em 2000, segundo dados da Tabacuba (grupo empresarial Tabacuba) de 2001, o tabaco ainda constitui importante fonte de divisas (terceira fonte) para o Estado cubano.

Figura 7 - Produção tabacaleira (em toneladas).



Fonte: Castellanos, 2002, p. 127 (dados do grupo empresarial Tabacuba).

A província de Pinar del Río é caracterizada pela forte presença de agricultura camponesa tabacaleira porque, no passado colonial, não foi ali priorizada a produção açucareira, em vista da região apresentar condições físico-naturais desfavoráveis à cana-de-açúcar, tendo sido considerada secundária em relação a outras províncias, como Matanzas, Villa Clara e La Habana, por exemplo. Os camponeses que se estabeleceram em Pinar del Río são, em sua maior parte, de origem crioula e espanhola, tendo ocupado essa região no final do século XIX.

Embora Cuba não seja um dos países mais importantes na produção e exportação de tabaco, é de reconhecimento e renome mundial a qualidade do tabaco ali produzido, bem como o seu conteúdo simbólico de associação à identidade cubana e aos chefes revolucionários, da década de 1950 até os dias atuais. O uso do tabaco já era feito, porém, desde o período pré-colombiano, quando os indígenas possuíam o hábito de fumar charutos como parte de seu ritual religioso.

Para el indio el tabaco era un complejo ritual mágico-religioso. Tenía interpretación, como ofrenda deprecatoria a los dioses, como simple procedimiento estupefaciente del iniciado y como ritualidad estimuladora de las lluvias; pero lo fundamental en el complejo cultural de los indios parece haber sido su magia purificadora, sus estimaciones mentales y sus efectos sedativos y catárticos bajo una fuerza sobre natural. El tabaco formaba parte de su política, de sus guerras, de su agricultura, de su pesca, de sus estímulos colectivos; el tabaco era una institución religiosa ortodoxa e inveterada (Ortiz *apud* Perez, 2004, p. 26).

Existe um esforço dos vários segmentos envolvidos na produção de tabaco de dotá-lo de beleza para satisfazer o hábito de um seletivo grupo de fumadores que exigem, além da qualidade das folhas, conteúdo simbólico implícito no produto. É como se o tabaco cubano garantisse uma “renda de monopólio”, em

vista das condições excepcionais em que é produzido, semelhante ao que ocorre em determinadas regiões vinícolas europeias.

A qualidade do tabaco é reconhecida pelas condições das terras, das técnicas, do clima e, principalmente, pela organização artesanal/familiar da produção, contrariando a concepção de superioridade da agricultura empresarial/coletiva defendida pelo Estado.

Todos los labores del tabaco se realizan sin maquinaria solo con el complejo aparato del cuerpo humano y, a pesar de la entrada de la máquina en su industria, nada es comparable con la gracia y el valor del tabaco que se siembra con las manos, que se recolecta con las manos, que se almacena con las manos y que se tuerce con las manos (Gallo, 1961) y sean manos de hombre o mujer por las que pase, “deben ser unas manos pequeñas y suaves, pues todo son manejos delicados y mimos acariciadores como si fuera una delicada dama” (Martí *apud* Perez, 2004, p. 38).

Atualmente, é o grupo empresarial Tabacuba quem ordena a produção em escala de Cuba. São atividades desenvolvidas por 25 empresas de Acopio y Beneficio del Tabaco (empresas tabacaleiras), encarregadas de canalizar insumos e serviços às unidades produtoras (CCSs, CPAs, UBPCs e empresas estatais), bem como apoiar, beneficiar e distribuir nacional e internacionalmente a produção. As empresas tabacaleiras estabelecem contrato com os produtores camponeses, que são responsáveis por mais de 75% da produção do tabaco cubano, evidenciando a força produtiva do campesinato nesse setor da economia.

En la campaña 2000/2001 se cosecharon nacionalmente alrededor de 51 mil hectáreas de tabaco de distintos tipos, de las cuales el 74,6% correspondió a las CCSs, el 12,3% a las CPAs, el 6,4% a las UBPCs, y el 6,7% restante a las unidades estatales. En tales áreas operaron 515 cooperativas de créditos y servicios, 132 cooperativas de producción tabacalera, 56 unidades básicas de producción cooperativa y 23 unidades estatales. Como puede apreciarse el 86,9% del tabaco cosechado en la última campaña correspondió al sector campesino y cooperativo (Castellanos, 2002, p. 129).

A empresa tabacaleira estabelece contrato com os camponeses ou com as cooperativas coletivas, quando são elaborados os planos de produção que definem a área e o volume do tabaco a ser produzido. No município de San Luis, considerado o epicentro mundial da produção de folhas para a fabricação de charutos cubanos, está localizada uma das 25 empresas tabacaleiras que compõem o grupo Tabacuba.

Destacada a grandeza da produção tabacaleira, segundo a direção da Empresa de Acopio y Beneficio del Tabaco de San Luis, existe uma série de dificuldades na cultura de tabaco. Para a direção da empresa, os camponeses são muito individualistas e estão mais preocupados com os interesses próprios do que com

os interesses coletivos da nação que a empresa representa. Haveria, ainda, falta de espírito empresarial entre os camponeses das cooperativas, que não se pautariam por decisões técnicas, mas por interesses imediatos. Isso foi exemplificado com a escolha do presidente de cooperativa, para a qual os camponeses levariam mais em consideração a popularidade do candidato do que o conhecimento sobre as necessidades da expansão da produção e desenvolvimento da nação.

Existe a necessidade de a empresa dirigir o processo, elaborar objetivos. Para isso, deve haver conhecimentos técnicos, diagnósticos para traçar os objetivos. Como vou traçar objetivos se não tenho um diagnóstico? Como vou elaborar um programa que permita alcançar os objetivos? Por isso, é necessário levar os produtores a se comprometerem com a produção de tabaco, não só para conseguir seu benefício pessoal, mas também para o desenvolvimento da nação. Os produtores acabam não sendo capazes de cumprir sua obrigação de produzir porque lhes falta capacidade de gestão, interesse, racionalidade empresarial e coletiva (Depoente F, 2008, tradução nossa).

Verifica-se, a partir dessa interpretação da diretoria da referida empresa tabacaleira, que há um segmento da cadeia produtiva que não está cumprindo seu papel no processo – os camponeses –, o que constituiria um “gargalo” no processo produtivo. Para solucionar esse problema, segundo a empresa, há necessidade de estimular entre as famílias um espírito empreendedor, patriótico e de desprendimento dos interesses pessoais. O “problema” estaria no produtor camponês que não é capaz de cumprir as suas obrigações produtivas, ou seja, o fato de os camponeses não possuírem racionalidade empresarial constituiria obstáculo para o melhoramento e expansão da produção tabacaleira. Há que se considerar, ainda, que, a partir desse princípio, o camponês teria que deixar de ser camponês, abandonando seu modo de vida, costumes, tradições, conhecimentos e saberes para se enquadrar nas necessidades da empresa tabacaleira que traduz, por sua vez, as necessidades da nação cubana.

Nas décadas de 1970 e 1980, pautadas pelo coletivismo, as empresas estatais se encarregavam também de produzir tabaco, além de cuidar do comércio, assistência, suporte e controle do processo produtivo. O Estado incentivou uma exploração empresarial, trazendo inclusive “brigadas” urbanas (estudantes, principalmente) para trabalhar nas lavouras. Essa medida governamental não deu os resultados esperados, desdobrando-se em queda na qualidade do tabaco produzido, que demanda muito zelo e esmero desde o preparo da terra até a elaboração do produto final (charuto), passando pelo manejo de lavouras, secagem e torcedura das folhas para garantir superior qualidade ao produto. Assim, os impactos negativos na qualidade do tabaco produzido coletivamente levaram à entrega da produção das folhas aos camponeses.

Figura 8 - Camponeses cultivando tabaco em Pinar del Río.



Foto: J. E. Fabrini.

Nesse contexto de expansão da produção tabacaleira assentada no trabalho camponês, é ilustrativa a declaração feita por um produtor importante de tabaco do município de San Luis, de que o governo não daria o valor necessário à produção familiar em Cuba. Esse produtor, de renome internacional, que participa de inúmeros encontros de tabacaleiros para divulgar o produto cubano em todo o mundo (um “embaixador” do tabaco cubano), disse que, numa reunião, chegou a alertar Fidel Castro sobre a necessidade de se priorizar a produção familiar no país para alcançar o desenvolvimento.

Não faz muito tempo, tive reunião com o Fidel Castro. Ele me chamou. Então eu falei para ele da necessidade de dar mais importância para a produção familiar em Cuba. Não só para o tabaco. Em todas as viagens que faço pelo mundo, me falta ainda visitar o Brasil, que gostaria muito de conhecer, para divulgar o tabaco cubano e não só o que produzimos em Cuba. Sempre que posso alerto para a necessidade, da importância da produção familiar. Já estive na China, Canadá, Líbano, Polônia, quase em toda a Europa, e sempre faço questão de dizer que esta qualidade se consegue aqui em Cuba é porque o trabalho é familiar e não industrial (Depoente G, 2008, tradução nossa).

Conforme declaração de diversos camponeses, os fumadores experimentados de todo o mundo acreditam que, na região de San Luis, se produz o melhor tabaco do mundo. Isso ocorre porque a produção artesanal e familiar é

consorciada com o uso de tecnologias diversas, melhoramento de sementes em laboratórios, infraestrutura, assistência técnica, dentre outras razões. As condições satisfatórias infraestruturais de produção na chamada “Meca do tabaco” são verificadas até nas chamadas casas de tabaco (edificação de madeira para secar e manufaturar as folhas da planta): geralmente, elas possuem teto de guano (folha de palmeira), mas, nessa região, elas são cobertas por telhas especiais de zinco.

Embora a região tabacaleira de Cuba apresente significativa força econômica, a associação do tabaco com o turismo é vista por parte de pesquisadores, produtores e autoridades governamentais como uma importante alternativa para o desenvolvimento, uma vez que forjaria uma rota turística, como ocorre no Parque Nacional de Viñales, a ser apresentado mais à frente.

Perez (2004), por exemplo, ao tratar da produção de tabaco no município de San Luis, aponta para a necessidade de vincular exploração tabacaleira ao turismo como alternativa de geração de renda, não somente para os camponeses que se dedicam à produção de tabaco, mas também para a população em geral, como uma forma de fortalecer a economia da região. A exploração tabacaleira familiar inserida em circuitos econômicos globais de turismo é entendida por Perez (2004) como alternativa e caminho para a existência dos camponeses.

De modo geral, existe uma atenção diferenciada entre as culturas de tabaco e as culturas comerciais de autoconsumo e subsistência, sobretudo quando praticadas pelos camponeses. A atenção especial é verificada na assistência técnica e extensão rural oferecidas pela empresa tabacaleira, bem como em infraestrutura, financiamentos, distribuição de divisas (CUC) e no pacote tecnológico que inclui defensivos químicos, combustível, equipamentos de irrigação etc.

Aqueles fumicultores que apresentam produtividade elevada, ou seja, que ultrapassam em um *quintal* (46 kg) de produção de fumo as cotas estabelecidas pelo Estado no plano anual, recebem incentivo financeiro na forma de divisas (CUC), proporcionais à qualidade e volume de produção. Em 2001, foi criado um sistema de preço vinculado aos rendimentos e qualidade do tabaco, por meio do estabelecimento de classes, especificação e qualidade para as diversas modalidades de tabaco (negro tapado, sol, amarelo etc.).

Existe atenção especial à reconstrução das casas de tabaco destruídas pelos furacões recentes que atingiram o território cubano. Para isso, está sendo oferecido apoio do Estado, contando-se inclusive com brigadas provenientes da província oriental de Santiago de Cuba, para ajudar nos trabalhos. As brigadas para reconstrução das casas de tabaco constituem-se em grupos de oito a 10 trabalhadores, contratados pelo Estado, e a cujo trabalho é atribuído o *status* de “insumo” fornecido ao camponês, que saldará essa dívida posteriormente, no período da safra de tabaco. Há que se observar que as brigadas dedicam-se

prioritariamente à reconstrução das casas de tabaco, e não às habitações dos camponeses – neste caso, a reconstrução fica sob responsabilidade do próprio camponês, e conta com poucos auxílios estatais, como fornecimento de madeira, telha, cimento etc.

Embora o cultivo principal seja o tabaco, não é possível classificar a região tabacaleira de Pinar del Río como monocultora, pois, em se tratando de agricultura camponesa, existe uma importante diversificação de cultivos de autoconsumo e subsistência (cultivos de alimentos) a serem comercializados com o Estado (junto à empresa de *acopio* de produtos agropecuários) ou para atender as necessidades básicas da família. A produção de autoconsumo e subsistência existente no lote campesino serve também para sustentar e rebaixar os custos de produção do produto principal (tabaco).

Acrescenta-se ainda ao rebaixamento de custos de produção de tabaco o trabalho não pago à família, o que contribui para elevar a competitividade do tabaco cubano no mercado internacional.

No processo de preparo das folhas de tabaco para secagem, as esposas, filhas e idosos da família camponesa realizam trabalho altamente cuidadoso e cansativo. Às mulheres, cabe a tarefa exaustiva e cuidadosa de coser com agulha e linha folha por folha, para secagem na casa de tabaco. Esse trabalho manual de cultivo, colheita, preparo e secagem das folhas é considerado estratégico para a garantia da qualidade superior do tabaco cubano.

Nesta parte do trabalho se usa o trabalho das mulheres, que vão preparando as folhas para secagem. Homens também trabalham, mas por ser uma atividade mais leve fica mais a cargo das mulheres. Isso tudo tem que ser manual e não com máquina. Não existe máquina capaz de fazer este trabalho. Não há máquina para isso e teria que ser uma máquina quase perfeita para fazer o trabalho das mulheres na casa de tabaco (Depoente H, 2008, tradução nossa).

Dessa forma, se existem substanciais diferenças entre as relações de produção de tabaco num país capitalista e num país socialista, existem também semelhanças, pois em ambos os regimes há exploração do trabalho não pago, ou seja, as esposas, filhas e filhos participam do processo produtivo sem receber pelo trabalho realizado, o que é típico da acumulação primitiva (socialista e capitalista) e não mercadológica. O trabalho não pago surge como importante fonte de divisas, nas exportações do Estado socialista, e de lucro, quando se trata de empresas de países capitalistas.

Embora a produção de tabaco seja essencialmente familiar, existe o uso de mão de obra externa à família, sobretudo no período de plantio das mudas (meses de outubro e novembro). Nesse caso, entra em cena a solidariedade e o espírito comunitário dos camponeses – grande parte do plantio das

mudas de tabaco é realizada por um “coletivo familiar” de camponeses, inclusive com a participação de crianças. A solidariedade é verificada entre os camponeses não somente na produção (plântio das mudas de tabaco), mas também na reconstrução das moradias e instalações destruídas pelos furacões, nas colheitas, quando há perda de safra, em casos de doença e ajudas cotidianas diversas.

Figura 9 - Plântio solidário de mudas de tabaco em Pinar del Río.

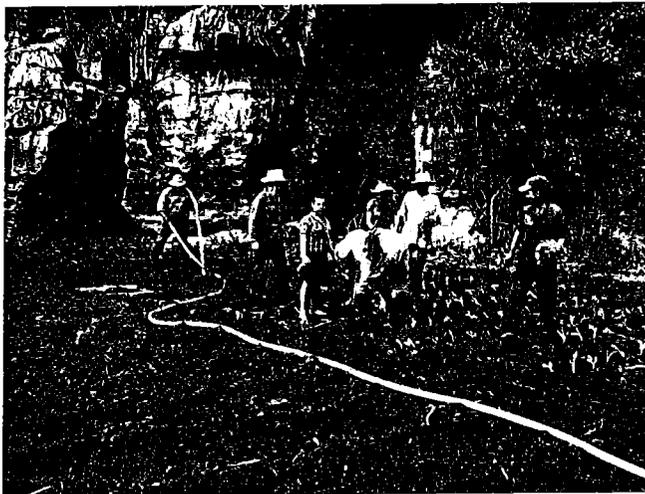


Foto: J. E. Fabrini.

Quando a demanda de mão de obra não é suprida pela família ou pela solidariedade de vizinhos, são contratados homens e mulheres como trabalhadores assalariados para os momentos de maior atividade, como plântio, colheita e preparo das folhas. Quando da necessidade de trabalhadores temporários, os camponeses devem informar a empresa tabacaleira, que fornece mão de obra de suas unidades de base, organizadas especialmente para atendimento dessas necessidades, ou então os camponeses são autorizados a contratá-los diretamente. Os camponeses que contratam mão de obra temporária o fazem com posterior avaliação e autorização da empresa tabacaleira, e a contratação é entendida como adiantamento de insumos de produção, assim como os fertilizantes, agrotóxicos, combustíveis, dentre outros, compondo uma dívida a ser quitada no momento da entrega e comercialização da produção.

3.2 CAMPONESES E A ATIVIDADE TURÍSTICA

A província de Pinar del Río destaca-se, além da produção tabacaleira, pela existência de importante atividade de turismo rural associado à produção camponesa, sobretudo no Parque Nacional de Viñales. Viñales é um município de aproximadamente 15 mil habitantes que, no período de alta temporada, de novembro a março, recebe cerca de 5 mil turistas diários para conhecer os atrativos do parque, dentre os quais a agricultura camponesa.

Os camponeses mais próximos do núcleo urbano (num raio de 8 km) recebem turistas estrangeiros interessados em conhecer a produção e modo de vida camponês. Por isso, o turismo rural no parque demanda a manutenção das características camponesas, ou seja, a manutenção de um “camponês para o turista ver”.

Praticamente todos os camponeses visitados no Parque Nacional de Viñales possuem uma área de produção de tabaco, que serve para que turistas estrangeiros possam fotografar, apreciar, solicitar informações etc. Essa cultura de tabaco recebe rigoroso acompanhamento técnico da empresa tabacaleira, que recomenda especial cuidado à lavoura, considerada vitrine para os turistas. Entretanto, nem toda produção de tabaco nessa região tem objetivo turístico, e muitos camponeses produzem para fins comerciais e de autoconsumo.

Algumas propriedades camponesas, em especial aquelas de mais fácil acesso aos turistas estrangeiros, possuem serviços comerciais, como restaurantes relativamente sofisticados, lojas de venda de CDs e DVDs, suvenires e objetos de recordação de Cuba. Esses estabelecimentos são administrados por funcionários do Estado.

Os técnicos agrônomos da empresa tabacaleira de modo geral recomendam, nas suas visitas de campo, especial cuidado do proprietário para com as lavouras de tabaco visitadas por turistas estrangeiros. Isso ocorre também para que os turistas possam levar uma boa impressão do cultivo do tabaco cubano.

Se não tiver cuidado com a plantação de tabaco, o turista vai levar uma péssima impressão da produção de tabaco de Cuba, inclusive fotos. Isso pode até comprometer o nome do tabaco cubano no estrangeiro, porque o turista vem e vê o inadequado manejo. Então, por isso é preciso muita atenção e cuidado no cultivo de tabaco (Depoente I, 2008, tradução nossa).

Assim, as atividades agrícolas desenvolvidas pelos camponeses nessa região de Pinar del Río, como a produção de tabaco, não estão encerradas nelas mesmas, ou seja, elas entram como suporte para a atividade principal e mais rentável: o turismo. Ambas as atividades, tabaco e turismo, recebem importante atenção do Estado em vista da significativa importância na geração de divisas.

Não é somente o tabaco que é “para o turista ver”, mas também o modo de vida do camponês cubano. Além do tabaco, os camponeses apresentam aos turistas suas ferramentas; alguns equipamentos rudimentares, como o pilão para beneficiar café; sua criação rústica de aves; o moinho de fabricação de fubá; o processo de fabricação artesanal de charuto para seu consumo e para um pequeno comércio; a produção própria de sementes; as moradias rústicas etc.

Verifica-se que o turismo rural nessa região depende da manutenção de certas práticas, atividades, relações, conhecimentos, valores, ou seja, do modo de vida camponês, que constitui uma importante fonte de curiosidade dos visitantes estrangeiros. Observa-se, inclusive, que o Museu Municipal de Viñales “Adela Acuy” apresenta um conjunto de roteiros orientados por guias para que os turistas possam conhecer os diversos atrativos do parque (pinturas pré-históricas, cavernas etc.), dentre os quais se destaca a visita às propriedades de camponeses. Existem também guias turísticos informais que não estão vinculados ao quadro de funcionários do museu.

Existe um acordo entre os guias turísticos do Parque Nacional de Viñales e os camponeses, para acompanhar os turistas estrangeiros cavalgando por trilhas em animais alugados ou mesmo a pé, até chegar à casa de um camponês. No lote, geralmente o camponês possui um local, como uma barraca de madeira, apropriado para exposição e apresentação da vida no campo e a produção artesanal de charutos. Há cerca de 300 famílias camponesas “ajustadas” com os guias para visitas de exposição no entorno do povoado de Vináles. A demonstração e exposição sobre a vida camponesa duram em torno de duas horas, mas, em alguns casos, os turistas estrangeiros permanecem por vários dias na casa camponesa.

Se, por um lado, verifica-se muita simplicidade na exposição do modo de vida camponês aos turistas estrangeiros, por outro, essa mesma simplicidade é portadora de requinte e sofisticação no trato com as pessoas, o que desperta grande interesse em conhecer a vida no campo. No decorrer do período de exposição aos turistas, geralmente a esposa ou um filho do pai de família prepara café ou algum prato à base de frutas cultivadas no próprio lote, que é servido no decorrer de amistosa conversa. O camponês também prepara, geralmente sob grande curiosidade dos turistas, alguns charutos de tabaco de sua própria *vega*, os quais são apreciados ou até fumados pelos presentes, quando, enfim, o camponês, de forma sutil, oferece charutos para compra, isso dentro do limite permitido pela legislação cubana e da passagem pela aduana aeroportuária. Raramente, a compra de charutos artesanais é recusada, o que permite ganhos financeiros para os camponeses, pois os preços cobrados, embora abaixo do comercial nas grandes praças, lhes proporcionam importante renda, muito superior àquelas obtidas com a produção agrícola.

Observa-se que as autoridades governamentais, os funcionários estatais, os guias turísticos e os próprios camponeses entendem a manutenção da produção camponesa como uma necessidade para as atividades turísticas, ou seja, a existência camponesa como componente de sustentação de outras atividades. Assim, a garantia da existência camponesa estaria vinculada a sua capacidade de se integrar aos esquemas nacional-globais, pois o camponês que trabalha exclusivamente com lavouras encontra dificuldades para obtenção de maiores rendas.

Entretanto, mesmo sabendo da importante fonte de renda proporcionada pelo turismo, nem todos os camponeses da região dedicam-se a essa atividade, praticada por aqueles que possuem maiores vínculos com os guias turísticos do Parque Nacional de Viñales ou que possuem mais facilidade de comunicação e exposição de seu modo de vida. Os camponeses que não estão integrados ao roteiro dos guias turísticos constituem a maioria em Viñales. Como observado anteriormente, cerca de 300 famílias camponesas encontravam-se “integradas” a tais esquemas. Assim, grande parte da produção de tabaco em Viñales não é “para o turista ver”, mas porque constitui, de fato, uma fonte de divisas resultante das exportações de charutos e do comércio com estrangeiros nas grandes cidades.

Há que se observar também que alguns camponeses da região de Viñales estão desistindo da produção de tabaco, embora haja as referidas condições favoráveis, como o turismo e a distribuição de divisas e subsídios pelo Estado. A associação da produção tabacaleira ao turismo não é suficiente para garantir a manutenção do camponês na produção, e muitos têm buscado desenvolver outras atividades que consideram menos exigentes de infraestrutura, força de trabalho, irrigação, custos de produção etc.

Acrescenta-se ainda que aqueles camponeses que apresentam baixo rendimento tendem a permanecer à margem dos incentivos e, em último caso, o que raramente acontece, lhes é requisitada a devolução da terra, quando esta lhes havia sido entregue pelo Estado para usufruto. Os camponeses que possuem a propriedade da terra repassada como herança pelas gerações, por exemplo, embora também tenham que cumprir o plano de produção no planejamento estatal, não estão sujeitos ao risco de retomada da terra, dada sua condição de proprietários.

Ocorre que muitos camponeses não se interessam em permanecer ou retornar ao campo, em vista das difíceis condições a que estão submetidos e à falta de perspectivas de progresso econômico e social, fazendo com que existam terras ociosas, em decorrência da crise de granjas estatais a partir de 1990. Recentemente, foi aprovada uma medida governamental de distribuição de terras ociosas aos camponeses, sobretudo àqueles mais abastados. Além disso, a terra não é entregue àqueles que apenas querem trabalhar no campo, mas aos que cumprem determi-

nados requisitos, como possuir tradição na prática de lavouras, infraestrutura, conhecimento da agricultura, capital para investimento e custeio etc.

3.3 A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA

A comercialização da produção dos camponeses é feita geralmente pela cooperativa, que possui, quando fortalecida, uma diretoria responsável pela tarefa de acompanhamento de pesagem da produção, verificação da qualidade, assessoria contábil etc. Nas cooperativas não fortalecidas, a comercialização da produção e aquisição de insumos são feitas diretamente pelos camponeses, já que não possuem equipe que lhes auxilie na comercialização.

Existem alguns tipos de cultivo cuja produção deve ser comercializada exclusivamente com o Estado. Além do tabaco, outras produções elaboradas, como cana-de-açúcar, madeira e gado bovino, também devem ser comercializadas com o Estado. No caso dos bovinos, a comercialização informal entre camponeses depende de autorização do Estado, visto que essa criação se constitui em produção estratégica para o desenvolvimento do país.

Existe certa insatisfação dos camponeses em relação à produção, comercialização e consumo de gado bovino, pois, uma vez considerada estratégica, os animais não podem ser comercializados ou abatidos sem a autorização estatal. Aqueles que descumprem as normas estão sujeitos a pesadas penalidades, inclusive a prisão. O Estado possui um rigoroso cadastro de animais, e a ausência de alguma rês é facilmente notada pelas autoridades responsáveis. No caso de morte de animais por acidentes ou doenças, imediatamente o criador comunica à autoridade para providências de baixa no cadastramento, investigação do motivo etc.

Não se pode matar um boi neste país porque a penalidade é muito grande. Por isso, aqui nós falamos "carne de preso" para a carne de gado, de boi. Eu tenho gado, mas não posso matar para comer. Eu posso criar e comercializar com autorização do governo, mas não posso matar para comer. É como se eu não fosse o dono. Para que me serve isso? (Depoente J, 2008, tradução nossa).

As atividades pecuária, madeireira, canavieira, tabacaleira, dentre outras, são consideradas estratégicas e, por isso, a produção não pode ser comercializada informalmente com a população consumidora. No caso do gado, além da produção de leite e de servir aos restaurantes para estrangeiros que geram divisas para o país, os animais são utilizados para tiro e tração no trabalho de preparo da terra de lavouras. Praticamente todas as terras agrícolas camponesas são preparadas para a semeadura com tração animal (juntas de bois).

Figura 10 - Camponês tombando terra em Pinar del Río.



Foto: J. E. Fabrini.

A produção de cereais, frutas, tubérculos e suínos, por exemplo, depois de cumprida a cota estabelecida no planejamento (plano anual de produção), pode ser comercializada com a população nos *agromercados*, pontos de venda, empresas, escolas, dentre outras, quando os camponeses recebem melhores preços pelos produtos. A liberdade para a comercialização dos diversos produtos agrícolas está condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas no planejamento estatal, sendo vedada a comercialização de qualquer produção agrícola diretamente com o consumidor.

Os preços pagos pela produção *acopiada*, ou seja, pela produção adquirida pela Empresa de Acopio de Produtos Agropecuários (estatal), são muito baixos e a possibilidade de excedentes aos planos, que possibilita melhores preços, é difícil de ser alcançada, em vista do precário acesso aos meios de produção, o que se desdobra no desabastecimento. Assim, os baixos preços pagos pela empresa de *acopio* se constituem numa forte limitação à existência camponesa, agravada pela baixa autonomia dos camponeses em vista do controle estatal.

Existe elevada discrepância entre os preços pagos pela empresa de *acopio*, previstos nos planos (produção *acopiada*), e o preço pago pela produção excedente. O preço pago, em 2008, pela empresa de *acopio* à produção de abacaxi, por exemplo, referente ao plano, é de cem pesos pelo *quintal* (46 kg). Já o excedente ao plano, comercializado com a empresa Frutas Selectas, pode chegar a 300 pesos o *quintal*. Aproximadamente 75% da produção de abacaxi são comercializados com o Estado dentro dos planos de produção (empresas de *acopio* ou Frutas Selectas), e o restante, cerca dos 25% que correspondem ao excedente, é comercializado por preço superior. Dessa forma, a possibilidade

de comércio de excedentes a preços mais elevados entra como um abono, um ganho adicional, pela produção acima dos planos.

Além do abacaxi, outro caso semelhante é o da produção camponesa de suínos. No contrato do plano, o camponês se compromete a entregar ao Estado uma tonelada de suínos, sendo que, para isso, recebe do Estado seis toneladas de ração. O excedente da carne produzida poderá ser comercializado num *agromercado* ou ponto de venda para a população, onde são pagos melhores preços. Segundo o coordenador de uma pequena *finca* coletiva, cerca de 70% da produção são comercializados com o *acopio* do Estado (Empresa Porcina), e 30% são excedentes comercializados nos pontos de venda e *agromercados*.

No caso do suíno, existe substancial diferença entre o preço praticado pela Empresa Porcina e aquele pago pela população em geral, nos pontos de venda e *agromercados*. De acordo com o plano, o Estado paga por uma libra de suíno 1,40 pesos, e à produção excedente ao plano são pagos 17 pesos pela libra de suínos, ou seja, aproximadamente 10 vezes mais. O excedente ao plano pertence aos trabalhadores, e pode ser comercializado nos pontos de venda, *agromercados*, hospitais, escolas e com a própria Empresa Porcina do Estado, a melhores preços.

Há que se observar que os camponeses – nesse caso, os criadores de suínos – recebem subsídios, na forma de ração da Empresa Porcina de Acopio, sendo este um dos motivos pelos quais os preços pagos no plano são mais baixos. São considerados também como fatores para o estabelecimento dos preços pagos pela empresa de *acopio* outros subsídios fornecidos pelo Estado, como fertilizantes, mão de obra, sementes, combustível, equipamentos, assistência técnica, força de trabalho, financiamentos, transporte, agrotóxicos etc. Esses subsídios, contudo, são pouco significativos em vista da dimensão das necessidades dos camponeses.

No caso dos *cultivos varios* e da produção comercial de autoconsumo, as exigências de cumprimento dos planos são mais brandas, o que permite comercializar a parte excedente, ou seja, cerca de 60%, no *agromercado* ou ponto de venda. É exemplar o preço pago, em janeiro de 2009, pela mandioca, milho, abóbora e batata-doce.

Tabela 4
Preço de produtos agropecuários (empresa de *acopio* e *agromercado*)

Produção	Destino	Preço (por libra)	Destino	Preço (por libra)
Batata-doce	Acopio	0,20	Agromercado	0,60
Abóbora	Acopio	0,20	Agromercado	0,40
Mandioca	Acopio	0,15	Agromercado	0,40
Milho	Acopio	0,25	Agromercado	2,10
Suínos	Acopio	1,40	Agromercado	17,00

Fonte: a partir de dados de pesquisa de campo conduzida em 2008 e 2009.

A partir de 2008, o Minag ampliou a lista de produtos agropecuários que dão direito a subsídios, quando foi incluído o leite, os *cultivos varios* e os suínos. Os estímulos – diferentemente do que ocorre com a produção para exportação, que significa distribuição de divisas – são para aquisição de insumos, ferramentas, bens de consumo (roupa e calçados, por exemplo) e produtos diversos, adquiridos por preços mais baixos. Não há incentivo por meio da distribuição em espécie (dinheiro), como ocorre na produção para exportação, como de cana-de-açúcar e tabaco, por exemplo.

Muitos camponeses usam, inclusive, coturnos e uma vestimenta de cor verde oliva semelhante à usada pelo exército rebelde que iniciou a campanha revolucionária na Sierra Maestra em 1959, itens que são adquiridos a preços subsidiados ou repassadas/usadas depois do serviço militar. Por se tratar de calçado e roupa feita de material rústico e forte, são muito utilizadas pelos camponeses cubanos.

Embora o comércio da produção agrícola seja controlado pelo Estado, é possível uma comercialização informal de parte da produção entre vizinhos ou nas pequenas comunidades. A comercialização direta com o consumidor não é feita de forma aberta, sendo anunciada a venda em surdina nas esquinas das ruas e durante a noite, para que autoridades estatais não possam fiscalizar com rigor essa atividade de comércio. A parte comercializada informalmente é aquela excedente às metas estabelecidas do plano anual de produção ou a parte destinada ao autoconsumo que é intercambiada com vizinhos, como suínos, aves, frutas, arroz, feijão e animais diversos. Assim, a comercialização informal, característica da produção camponesa, não só em Cuba, mas praticamente no mundo todo, surge como uma estratégia de existência dos camponeses.

A população aprova e participa desse comércio paralelo, porque tem acesso a produtos com preços mais baixos. No entanto, há que se considerar que esse comércio clandestino e paralelo de produtos agropecuários assume, em determinados contextos, proporção elevada, principalmente no abastecimento dos *agromercados*, meio pelos quais alguns segmentos intermediários obtêm altos rendimentos. É possível, inclusive, verificar em determinadas épocas o comércio clandestino durante a madrugada, antes da abertura dos *agromercados*.

A defesa de implantação de uma ordem mercadológica é defendida por grande parte dos camponeses que almejam comercializar a sua produção diretamente com a população consumidora, sem a necessidade de cumprimento dos contratos feitos com as empresas estatais de *acopio*. Entretanto, também defendem uma ordem mercadológica assistida pelo Estado, pois, além da presença estatal para impedir a exploração dos trabalhadores e a concentração de riqueza, consideram muito bem-vindos os subsídios às lavouras.

3.4 OS AGROMERCADOS

O “mercado livre agropecuário”, suprimido em 1986, foi reaberto em 1994, durante o chamado “período especial”, para responder à elevação dos preços e à falta de alimentos resultantes da crise que se abateu sobre Cuba com as transformações no Leste europeu e o fim da URSS. Foi aberto, então, numa versão mais ampla do que o “*mercado livre campesino*” existente até 1986.

O mercado livre de produtos agropecuários (*agromercados*) funciona em lugar determinado pelo Estado, onde é autorizada a comercialização do excedente aos planos anuais de produtos agropecuários de fazendas estatais, CPAs, UBPCs, CCSs, Ejército Juvenil del Trabajo (EJT), da chamada “agricultura urbana” etc. Os *agromercados* e pontos de venda estão localizados nas áreas urbanas, e constituem uma das principais formas de comercialização dos produtos agropecuários dos camponeses com a população e consumidores em geral. Existe também a comercialização nos pontos de venda e *agromercados* da produção derivada da agricultura urbana (hortas, principalmente), setor que desempenha importante papel no abastecimento de gêneros alimentícios à população das cidades.

Nos *agromercados*, encontram-se variados gêneros alimentícios, desde aqueles *in natura* (frutas, carne suína, grãos, tubérculos, verduras etc.) até produtos agroindustrializados (doces, temperos, alimentos prontos, produtos de limpeza, utensílios domésticos, dentre outros) produzidos nas fazendas estatais, cooperativas coletivas e de camponeses, passando pela prestação de serviços, como pequenos consertos de relógios, chaves etc. Há também cooperativas especializadas que abastecem os *agromercados* com flores diversas. No entanto, não é comercializada nos *agromercados* e pontos de venda aquela produção considerada estratégica para o desenvolvimento da nação, como açúcar, tabaco, madeira e carne bovina, por exemplo.

Não são os próprios camponeses que comercializam a sua produção, mas, sim, representantes das unidades de produção (CPAs, CCSs, UBPCs etc.) e do setor privado da agricultura urbana. Os camponeses alegam que não podem abandonar a sua *finca* (lavoura) para comercializar a produção excedente aos planos, sendo mais vantajoso entregar essa tarefa para os representantes estabelecidos nas cidades, que se encarregam da comercialização com a população. É nesse contexto de comercialização e abastecimento dos *agromercados* que se forma um segmento de “comerciantes-intermediários” que acaba obtendo elevadas rendas no abastecimento dos *agromercados*.

Os *agromercados*, de modo geral, são similares às feiras livres existentes no Brasil, consideradas as substanciais diferenças na apresentação, qualidade, variedade, volume e, sobretudo, controle do preço dos produtos exercido pelo Estado. As dificuldades de armazenamento dos produtos, por exemplo, implicam

em certo desperdício, pois muitos deles são perecíveis, como as frutas e legumes, e acondicionados sem refrigeração acabam se deteriorando e tornando-se impróprios para o consumo em pouco tempo.

Existem diferentes modalidades de *agromercados*, como, por exemplo, os *agromercados* do EJT; os *agromercados* estatais (mercado de produtos agrícolas a preços previamente estabelecidos – *precios topados*), que são regulamentados pelo Minag; e os mercados livres agropecuários, também denominados de “oferta e demanda”, pois neles os preços não são regulados diretamente pelo Estado, mas pela lei de oferta e procura de produtos da agropecuária. Os mercados agropecuários estatais e do EJT respondem por 80% da comercialização de produtos agropecuários com a população, e os de “oferta e demanda” (não estatais), 20%. Existem, porém, outras formas de acesso da população aos produtos agrícolas e alimentares, como as Tiendas de Recuperación en Divisa (TRD), as *bodegas* (mercado de alimentos racionados), o mercado clandestino, os postos e praças de venda das CPAs, as feiras agropecuárias etc.

Se nos dois primeiros tipos de *agromercados*, o do EJT e o estatal, há um tabelamento rígido dos preços dos produtos pelo governo – quando as autoridades avaliam e aprovam os preços a serem praticados – no terceiro (mercado livre agropecuário), é a lei de oferta e procura que deve calibrar os preços. Contudo, existe um limite colocado pelo Estado no volume a ser adquirido pelos consumidores, bem como no estabelecimento de um preço máximo a ser praticado nesses *agromercados*.

Há que se observar que, para uma cooperativa ou “comerciante-intermediário” colocar seus produtos à venda nesses *agromercados* de “oferta e demanda”, que trabalham com preços mais elevados, é necessária uma qualidade superior da produção (formalmente, este é o critério, mas um conjunto de outras práticas e critérios pode ser verificado, como relações pessoais, políticas etc.).

Existem casos em que um “comerciante-intermediário” adquire diferentes produtos agrícolas de camponeses vinculados, principalmente, às CCSs, e os coloca em diferentes *tiendas* (barracas) num *agromercado*, ou mesmo abastece vários *agromercados* de “oferta e demanda”. Essa prática, todavia, está sendo combatida pelo governo em vista da majoração de preços ao consumidor que tem ocorrido com a atuação desses intermediários.

Considerando a escassez de produtos agropecuários com a passagem de três furacões em Cuba em 2008, muitos *agromercados* de “oferta e demanda” tiveram seus preços aumentados, em vista da grande procura pelos produtos, o que motivou intervenção maior das autoridades governamentais no sentido de um tabelamento mais rígido dos preços. Por isso, muitos *agromercados* de “oferta e demanda” encontravam-se praticamente sem estoques (início de 2009) em vista desses limites rígidos nos preços praticados aos consumidores, deixando

“comerciantes-intermediários” sem disposição de adquirir produtos dos camponeses para serem comercializados nesses mercados de livre iniciativa.

4. CAMPONESES E A QUESTÃO AGRÁRIA CUBANA

A questão agrária está relacionada à existência de um problema estrutural no campo. Nos países da América Latina, de modo geral, o problema estrutural está assentado na elevada concentração da posse da terra.

No caso cubano, o problema estrutural existente no campo, a questão agrária, não está assentado na posse da terra, nem no conflito derivado dessa concentração, pois as leis de reforma agrária aplicadas a partir de 1959, com o triunfo revolucionário, possibilitaram o confisco e desapropriação de terras latifundiárias existentes desde o passado colonial. Além das leis de reforma agrária, uma medida recente do governo cubano permite a distribuição das terras ociosas de fazendas estatais para agricultores que preencham determinados requisitos, como experiência na produção agrícola, infraestrutura, capital para investimento e custeio, dentre outros.

Assim, a questão agrária cubana – o problema estrutural – não está na concentração da terra, mas no processo produtivo, ou seja, nas **dificuldades de acesso aos meios de produção** por parte dos camponeses. Em vista das dificuldades de acesso aos meios de produção, existem áreas de terras, sobretudo aquelas remanescentes de granjas estatais, sem uso produtivo. Nesse sentido, são frequentes as declarações do governo cubano, inclusive do presidente do Conselho de Ministro e Estado, Raul Castro, de que “é necessário fazer a terra produzir”.

Em todo o mundo, existe uma forte defasagem tecnológica no campo camponês, em que se evidenciam carências generalizadas. No caso cubano, um conjunto de fatores externos (o embargo econômico estadunidense, por exemplo) e internos (a limitação à autonomia camponesa) faz com que essa defasagem e dificuldade de acesso aos meios de produção, mesmo aos simples, sejam mais severas e acentuadas.

O sucateamento e envelhecimento da frota de tratores, que demandam frequentes reparos, impossibilitados pela dificuldade de aquisição de peças de reposição ou aquisição de novas máquinas, ocorrem em parte pelo embargo econômico estadunidense imposto a Cuba a partir de 1962, fazendo com que os camponeses não fossem atendidos nas suas necessidades de preparo das terras, cultivos e colheitas, enfim, no manejo das lavouras.

Essa dificuldade de acesso aos meios de produção, com exceção da terra, constitui uma limitação à recriação e existência dos camponeses cubanos. As dificuldades derivadas do bloqueio econômico se desdobram em outras dimen-

sões, como a deficiente produção de alimentos, moradia, transporte, energia, saneamento etc.

O bloqueio, porém, não limita a aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas de países que não participam dele, ou seja, dos 185 países contrários ao embargo estadunidense (conforme votação em assembleia geral das Nações Unidas, em outubro de 2008), com quem Cuba estabelece relações e pode adquirir tais meios de produção, inclusive do Brasil. Nesse caso, é possível adquirir máquinas, equipamentos e peças de reposição de tratores desses países que não participam do bloqueio.

Não foram raras as declarações dos camponeses e da população em geral no sentido de que as dificuldades vividas na agricultura de Cuba não são resultado somente do bloqueio estadunidense, mas também das limitações internas da economia cubana. É como se houvesse um “bloqueio interno” que impedisse os camponeses de ampliarem sua produção, o que resulta em desabastecimento, principalmente daqueles produtos destinados à alimentação da população.

A dificuldade de acesso aos meios de produção deve-se também aos limites colocados para que cada unidade produtiva familiar possa adquirir equipamentos, ferramentas, máquinas, tratores, dentre outros meios. O acesso livre aos meios de produção poderá fortalecer desigualmente uma agricultura de base familiar, quando alguns camponeses, em vista de melhores condições de produção, tornar-se-ão pequenos capitalistas, colocando obstáculos para o socialismo cubano.

Até o passado recente, eram utilizados maquinários das cooperativas, às quais praticamente todos os camponeses estão vinculados, ou das empresas estatais. Contudo, a frota de tratores das cooperativas praticamente desapareceu para a agricultura camponesa, pois muitos estão fora de uso pelo desgaste de longo tempo de trabalho e a dificuldade de aquisição de peças de reposição para reparo.

Uma atividade exemplar que indica a falta de acesso aos meios de produção simples pelos camponeses é a semeadura das lavouras quase toda feita manualmente pelos camponeses, sobretudo dos produtos destinados à subsistência e autoconsumo, como feijão e milho, por exemplo. Os camponeses não utilizam nem plantadeiras simples, como *matracas*⁷, sendo as sementes distribuídas na terra pelas próprias mãos em sulcos feitos com enxada. O uso de plantadeira manual, equipamento aparentemente rudimentar e primitivo, em mãos camponesas constitui ferramenta preciosa para garantir autonomia e retirar a sobre-

⁷ A *matraca* é uma máquina simples utilizada para plantio manual de grãos, constituída de duas hastas metálicas equipadas com um registro que, ao moverem-se pela força braçal, abrem um sulco na terra onde se deposita a semente. Ela faz um barulho característico ao abrir e fechar o registro.

vivência da terra. No entanto, equipamentos tecnologicamente simples foram praticamente desprezados em nome de uma agricultura empresarial/coletiva das granjas e empresas estatais construídas a partir dos vínculos de Cuba com os países socialistas, até o início de 1990.

É ilustrativo o depoimento de um agricultor que explora pequena área de terra na província de Villa Clara, sobre as dificuldades de acessar meios de produção para fazer a terra produzir.

Há muita dificuldade para trabalhar! Precisa aumentar a produção, mas não tem os meios de trabalho. Preciso de uma lima, de um parafuso, de um pneu para carreta e não tem. Preciso de um trator, mas falta combustível, falta peça, e não tem como comprar pneu, câmara, nem do Estado e nem particular. Quando não falta para o trator, falta para a carreta. Como vou produzir desse jeito? Quero aumentar a produção da nossa finca, tem uma área de uma *caballería* [13,42 hectares] que a gente quer plantar, mas não tem como plantar. Então a terra fica aí parada porque não tem os meios para fazer a terra produzir. É por isso que digo que faltam os meios para trabalhar. Se tivesse como trabalhar, a produção ia aumentar muito mais, a gente ia melhorar de vida e o país ia para frente, se desenvolvia (Depoente L, 2009, tradução nossa).

Essa dificuldade de acesso aos meios de produção na agricultura (exceto a terra) implica em fortes limites para a existência camponesa, o que revela um problema agrário estrutural no campo cubano. Um problema que não está centrado no acesso à terra, mas no acesso aos meios de produção no campo. Isso permite referir-se a uma questão agrária não necessariamente centralizada na posse da terra, como ocorre em muitos países latino-americanos capitalistas, mas no processo produtivo.

De modo geral, as dificuldades de acesso à infraestrutura, conhecimento e tecnologias modernas pelos camponeses fazem com que muitos procurem caminhos alternativos na construção de sua existência. A esse quadro, os camponeses respondem com a construção de conhecimentos e tecnologias alternativos elaborados por eles mesmos, o que se constitui numa forma de resistência para garantir sua existência no campo. Assim, os camponeses vão criando caminhos alternativos, como a elaboração própria de algumas ferramentas, máquinas, infraestrutura, meios de transporte, conhecimentos, saberes etc.

A solução para as dificuldades enfrentadas pelos camponeses não está somente no acesso às tecnologias, máquinas, insumos e infraestrutura modernas – aliás, esse acesso é responsável pela subordinação e expropriação da terra de pequenos agricultores em muitos países capitalistas da América Latina. A autonomia camponesa estará assegurada quando o controle dos meios de produção for exercido pelos camponeses, e não pelo Estado, nos

países socialistas, ou pelo capital, nos países capitalistas. Assim, não será exclusivamente a modernidade que vai resgatar o camponês da condição de subordinado, mas o controle dos meios de produção, sejam eles simples ou modernos.

Apesar de todas as dificuldades vividas no campo, muitos camponeses resistem, quando se verifica, por exemplo, na região tabacaleira da província de Pinar del Río, uma forte presença da população camponesa nas áreas rurais. Embora haja o discurso corrente de que os camponeses, sobretudo os jovens, não querem permanecer no campo, foi verificado na região tabacaleira de Pinar del Río uma forte presença de população rural.

Posso dizer que o que mantém eu e minha esposa no campo não é somente a renda. Ela saiu da cidade, Santa Clara, e veio para cá. Ela pode falar, demorou um pouco para se acostumar, mas vamos ficar por aqui. Mas, quero dizer, se não tiver condição tenho que ir para a cidade, mas como tabaco está dando algum ganho, apesar de muito trabalho e ter muito custo de produção, mas estou acostumado. Então eu tenho muito gosto pelo trabalho no campo; vamos ficar por aqui (Depoente H, 2008, tradução nossa).

Além do problema agrário estrutural derivado das dificuldades de acesso e controle dos meios de produção, e relacionado a este, está o **baixo preço dos produtos dos camponeses**. O controle estatal dos preços dos produtos dos camponeses implica numa subordinação no processo de circulação da produção, ou seja, por meio da fixação de preços muito baixos nos planos anuais de produção, os camponeses transferem renda para o Estado. Os baixos preços também desestimulam a produção agrícola, resultando em escassez de gêneros – alimentares, principalmente. Assim, a subordinação a que os camponeses cubanos estão submetidos na esfera da circulação (comercialização), em vista do baixo preço pago pelos produtos agrícolas *acopiados*, também se constitui num forte limite para a existência e recriação camponesa.

Acrescente-se às dificuldades de acesso aos meios de produção e aos baixos preços dos produtos dos camponeses a **prioridade à agricultura cooperativa/coletiva**, como destacado anteriormente, materializadas nas CPAs, UBPCs e fazendas estatais. A compreensão do Estado é de que uma agricultura empresarial/coletiva, semelhante a um “agronegócio coletivo”, e sua escala de produção não estão na contramão do socialismo, pelo contrário, o caminho do desenvolvimento do campo encontra-se na lógica de exploração empresarial, racionalmente edificada.

Para as autoridades governamentais, o problema não está na lógica empresarial da produção no campo, mas na lógica do “livre mercado”. No entanto, como em Cuba não há livre mercado, a agricultura empresarial/coletiva serviria

para viabilizar o socialismo no campo. Essa lógica e a organização e administração científicas do trabalho pautadas na modernidade seriam necessárias para o avanço do socialismo, numa concepção semelhante à de Lenin ao referir-se a um "taylorismo proletário". É nesse contexto adverso que está posta a agricultura camponesa, ou seja, a lógica familiar em contraponto à lógica empresarial/coletiva do Estado.

Assim, apesar da versatilidade dos camponeses cubanos na construção de caminhos alternativos para a superação de barreiras econômicas (dificuldade de acesso aos meios de produção), articulada a estas se erguem outras, de natureza política, pois a ascensão dos camponeses poderá fortalecer uma classe de "pequenos capitalistas" do campo, ameaçando o socialismo cubano.

A existência da questão agrária assentada no processo produtivo, nos baixos preços dos produtos dos camponeses e na prioridade à agricultura cooperativa/coletiva manifesta-se, inclusive, de maneira conflituosa, ou seja, um conflito velado entre camponeses e Estado. Para reconhecer a existência de uma questão agrária e o conflito aí instalado é preciso superar esquemas ideológicos, fortes politicamente, mas empiricamente frágeis. Nesse sentido, a concepção de "paradigma da questão agrária" desenvolvida por Fernandes (2004) para interpretar o campo brasileiro pode também se constituir em instrumental de análise do campo cubano.

O conflito não declarado instalado no campo cubano não se desdobra em enfrentamentos, lutas e ação de movimentos camponeses, como em muitos países capitalistas. As ações de enfrentamento e luta no campo são visualizadas pelo governo como ações contrarrevolucionárias e antissocialistas, sendo isolada pelo Estado a iniciativa de qualquer grupo que esteja em desacordo com as medidas tomadas "coletivamente" no planejamento feito pelo Estado, com participação de representantes dos camponeses, institucionalmente constituídos – no caso, pela Anap e o PCC. Trata-se, portanto, de um conflito sem confronto.

As divergências e conflitos existentes devem ser debatidos no interior do partido, mas, passado esse momento, deve haver unidade em torno de projetos comuns, característica típica do centralismo democrático adotado pelo Estado cubano.

O desencontro, nem sempre explícito, entre os interesses do Estado e dos camponeses revela-se de diferentes formas: na prioridade a uma agricultura empresarial cooperativa/coletiva, representada pelas UBPCs, CPAs e decadentes granjas estatais; na circulação da produção que, pelo mecanismo de controle dos preços, subordina o território camponês; e no limite colocado à expansão da produção camponesa em vista das dificuldades de acesso aos meios de produção, resultantes do baixo desenvolvimento de forças produtivas. Acrescen-

tam-se limitações políticas, pois a agricultura camponesa autônoma poderá ir na contramão do socialismo cubano.

Eis, pois, a essência da questão agrária em Cuba.